



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

NANDO PAULO SUMA

**DEMOCRACIA E COMPORTAMENTO ELEITORAL NA GUINÉ-BISSAU: UM
ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DA ETNICIDADE NAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS DE 2019.**

RECIFE

2023

NANDO PAULO SUMA

**DEMOCRACIA E COMPORTAMENTO ELEITORAL NA GUINÉ-BISSAU: UM
ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DA ETNICIDADE NAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS DE 2019.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em ciência política. Área de concentração: Democracia e Instituições.

Orientador: Adriano Oliveira dos Santos

RECIFE

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S955d Suma, Nando Paulo.
 Democracia e comportamento eleitoral na Guiné-Bissau : um estudo sobre a influência da etnicidade nas eleições presidenciais de 2019 / Nando Paulo Suma. – 2023.
 101 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

 Orientador : Adriano Oliveira dos Santos.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2023.

 Inclui referências.

 1. Ciência política. 2. Guiné-Bissau. 3. Democracia. 4. Etnicidade. 5. Eleições. 6. Comportamento eleitoral. I. Santos, Adriano Oliveira dos (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2023-126)

NANDO PAULO SUMA

**DEMOCRACIA E COMPORTAMENTO ELEITORAL NA GUINÉ-BISSAU: UM
ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DA ETNICIDADE NAS ELEIÇÕES
PRESIDENCIAIS DE 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em ciência política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em ciência política. Área de concentração: Democracia e Instituições.

Aprovado em: 30/05/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Adriano Oliveira dos Santos
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Diogo Arruda Carneiro da Cunha
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dr. Claudio André de Souza (Examinador Externo)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus e aos meus ancestrais pelo dom da vida, saúde e proteção a cada dia que passa. Aos meus pais que mesmo não terem sido escolarizados, sabem da importância dos estudos na formação de um indivíduo e com muito sacrifício, sempre fizeram com que nada me impedisse de seguir em frente com os estudos. Agradeço também ao meu orientador Adriano Oliveira.

Estendo meus agradecimentos para a minha ex - orientadora na graduação (Clarisse Paradis) que foi fundamental para meu ingresso no mestrado. Aos meus amigos e colegas de turma do mestrado, principalmente ao Fernando Colonia e Danilson Veiga. Agradeço também à FACEPE (fundação de amparo à ciência e tecnologia do estado do Pernambuco) pela bolsa que me concedeu durante estes dois anos do curso e ao departamento de Pós-graduação em ciência política.

“Qualquer que seja o grupo étnico é fácil levar as pessoas a considerar que somos um povo, uma nação. O que subsistia de tribalismo foi destruído pela luta armada que conduzimos. Só os oportunistas políticos são tribalistas” (CABRAL, A., 1969).

“In three or four years no one will remember the tribal, ethnic, or religious rivalries which, in the recent past, caused so much damage to our country and its population” (TOURE, 1959, p.28).

RESUMO

Como se deu o processo de democratização na Guiné-Bissau e qual o papel da variável etnia nas eleições presidenciais de 2019? Este trabalho se debruça sobre a democracia representativa na Guiné-Bissau, visando analisar e compreender o cenário democrático guineense desde seus primórdios, por meio de uma análise longitudinal com base na literatura existente sobre eventos importantes na história política do país, tais como: a luta para independência contra colonialismo português, o processo de nascimento do Estado bissau-guineense, a era do partido único, a transição para democracia, sua consolidação e análise sobre comportamento dos eleitores guineenses nas eleições de 2019 com base nos dados eleitorais da CNE. A partir disso, analisamos o desdobramento deste processo democrático e constatamos que ele foi muito complicado e desafiador, permeado por conflitos, sucessivos golpes de estado e recorrentes instabilidades políticas até os tempos atuais. Por outro lado, considerando a configuração sociocultural marcada por diversidade de grupos étnicos na sociedade guineense, verificamos que a clivagem étnica influenciou grandemente na vitória de Umaro Sissoco Embaló nas eleições presidenciais de 2019.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; democracia; etnicidade; eleições; comportamento eleitoral;

ABSTRACT

How did the democratization process take place in Guinea-Bissau and what is the role of the ethnicity variable in the 2019 presidential elections? This paper focuses on representative democracy in Guinea-Bissau, aiming to analyze and seek to understand the Guinean democratic scenario since its beginnings, through a longitudinal analysis based on the existing literature on important events in the political history of the country, such as: the struggle for independence against Portuguese colonialism, the process of birth of the Bissau-Guinean state, the one-party era, the transition to democracy, its consolidation and analysis on behavior of Guinean voters in the 2019 elections based on electoral data. From this, we analyzed the ups and downs of this democratic process and found that it was a very complicated and challenging democratic transition process, permeated by conflicts, successive coups d'état, and recurrent political instabilities until the current times. On the other hand, considering the sociocultural configuration marked by a diversity of ethnic groups in Guinean society, we found that the ethnic cleavage greatly influenced the victory of Umaro Sissoco Embaló in the 2019 presidential elections.

Keywords: Guinea-Bissau; democracy; ethnicity; elections; electoral behavior;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Apresenta número dos deputados eleitos por cada partido.....	81
Gráfico 2 - Demonstra o desempenho de cada candidato por região, a nível nacional e diáspora.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado da votação nas eleições legislativas (parlamentares) de 2014.....	79
Tabela 2 - Quadro de mandato (número de deputados que cada partido elegeu.....	80
Tabela 3 - Resultado definitivo do segundo turno das eleições presidenciais de 2014.....	81
Tabela 4 - Resultado da primeira volta das eleições presidenciais de 2019.....	86
Tabela 5 - Aproveitamento dos candidatos por região, a nível nacional e diáspora.....	88
Tabela 6 - Resultado definitivo do segundo turno das eleições presidenciais de 2019.....	91

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Assembleia Nacional Popular
APU-PDG	Assembleia do Povo Unido - Partido Democrático da Guiné Bissau
EU EOM	European Union Election Observation Mission
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África ocidental
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CMT	Comissão multipartidária de transição
CPLP	Comunidade dos países de língua portuguesa
MADEM-G15	Movimento para alternância democrática
PAIGC	Partido africano para independência da Guiné e Cabo Verde
PRS	Partido da Renovação Social
SAB	Sector autónomo de Bissau (a capital)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DEMOCRACIA: CONCEITOS E MODELOS	16
3	GUINÉ-BISSAU E O PROCESSO DEMOCRÁTICO	24
3.1	Da luta de libertação à transição democrática na Guiné-Bissau	25
3.2	Das Constituições da República.....	32
3.3	Sistema eleitoral da Guiné-Bissau.....	35
3.4	Das primeiras eleições democráticas.....	38
4	REVISÃO DA LITERATURA SOBRE COMPORTAMENTO ELEITORAL.....	49
4.1	Os principais modelos/correntes de explicação do comportamento do eleitor.....	52
4.2	Controvérsias e limitações dos modelos teóricos analíticos de comportamento eleitoral	57
4.3	Literatura brasileira sobre comportamento eleitoral.....	60
4.4	Etnicidade e voto na África-subariana	64
5	ETNICIDADE NA VOTAÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2019	68
5.1	A opinião pública bissau-guineense	73
5.2	A conjuntura política das eleições presidenciais de 2019.....	76
5.3	Campanhas eleitorais e resultado das eleições presidenciais de 2019	84
5.4	Resultado definitivo do segundo turno das eleições presidenciais de 2019	90
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS.....	95

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como seu problema de pesquisa: analisar a democracia representativa na Guiné-Bissau, com intuito de compreender o cenário democrático guineense desde seus primórdios, bem como averiguar o processo de votação dos eleitores numa das eleições mais tensas da história da democracia daquele país da África Ocidental: seus desdobramentos e a influência da variável etnia no voto.

Pretendemos com isso analisar os seguintes tópicos para melhor compreensão do cenário como um todo: a luta pela independência contra colonialismo português, formação do Estado bissau-guineense, o período de partido único, o processo de transição para democracia, sua consolidação e análise sobre comportamento dos eleitores guineenses nas eleições de 2019 (a conjuntura sociopolítica destas eleições, quais as motivações dos eleitores, quais os principais discursos de caça ao voto utilizado pelos candidatos) durante as campanhas eleitorais num contexto de muita tensão e constante instabilidade política.

Haja vista a configuração sociocultural marcada por diversidade de grupos étnicos, a que se deve a escolha da variável etnia como categoria de análise neste trabalho, pretende-se, avaliar como essa variável influenciou o resultado das eleições, e como os candidatos utilizam tais noções aos seus favores.

Isto posto, analisaremos as eleições presidenciais de 2019 tendo em conta a disponibilidade dos dados eleitorais para esta data e a tensão étnica que marcou estas eleições: discursos tribalistas proferidos por principais candidatos adversários durante campanhas eleitorais. Os mesmos que sempre defendem unidade na diversidade (somos um só povo, sem distinção étnica) apelaram para um tipo de voto voltado para solidariedade étnica.

Em linhas gerais, a nossa análise é focada no processo de democratização na Guiné-Bissau e daí analisar o comportamento dos eleitores numa das eleições mais disputadas na história do país. Dito de outro modo, a nossa apreciação vai incidir sobre o processo de democratização na Guiné-Bissau e as eleições presidenciais de 2019.

Sublinhamos que este trabalho tem como objetivo geral: analisar e compreender o processo de democratização na Guiné-Bissau e a votação de 2019. E tem também como objetivos específicos: identificar e decifrar os incentivos do voto nas eleições e o papel das identificações partidárias, étnicas e regionais no voto; analisar a conjuntura sociopolítica e a influência da etnia nos resultados das eleições presidenciais de 2019.

Para atingirmos os objetivos ora mencionados, partimos de seguintes hipóteses norteadoras em que assumimos que: o processo de democratização na Guiné-Bissau foi muito desafiador e precipitado; os eleitores guineenses preferem mais o candidato que é do seu grupo étnico e votam em grupo por fatores regionais.

Neste âmbito, justificamos a escolha do nosso objeto de estudo e o tipo de abordagem que adotamos partindo da ideia de que o campo democrático é indubitavelmente marcado por constantes mudanças e variações no que concerne ao seu conceito, teorias, atores políticos e contextos socioculturais e históricos em que a democracia é tida como forma de organizar a vida política numa determinada sociedade. Esta tomada de consciência, em nossa concepção, é crucial para qualquer sociedade a qual se aspira o sistema democrático de governo.

Esta perspectiva, adicionada a necessidade de mais produções bibliográficas na ciência política, particularmente o fenômeno democrático nos seus mais diversos contextos, versões e tipologia justificam este trabalho. Sua pertinência teórica e temática permite delinear o contexto guineense em particular, tendo em vista os eventos políticos ao longo da sua história política recente.

Não obstante, salienta-se que, esta pesquisa tem o potencial de contribuir para criação de possíveis modelos de análise de comportamento dos eleitores a partir de uma perspectiva que reconhece o papel imprescindível da etnicidade no contexto africano em geral e guineense em especial. Sendo este um elemento fundamental acreditamos que ele contribui para compreensão do alcance das literaturas sobre comportamento eleitoral, com forte concentração no Ocidente, para contextos de democracia de baixa intensidade, no contexto africano, permitindo elucidar o comportamento dos eleitores.

Enfim, um último elemento que justifica a presente proposta de pesquisa é a premência do fenômeno de comportamento eleitoral, um tema pouco estudado no contexto em questão e com escassa literatura especializada, que analisa o comportamento eleitoral, a partir das questões étnicas. Portanto, também nesse aspecto nossa pesquisa contribuirá com a produção acadêmica ao focar num cenário democrático diferente, com suas peculiaridades. Neste sentido, entender como os eleitores fazem suas escolhas em Guiné-Bissau é de suma importância na medida em que questões ideológicas não são bem definidas nem utilizadas como uma variável que repercute direta ou indiretamente na decisão de voto dos eleitores.

Desta maneira, no que tange aos procedimentos metodológicos, a realização deste trabalho passa por adoção da metodologia qualitativa através de pesquisa bibliográfica que compreenderá a mobilização das literaturas proeminentes sobre democracia e comportamento eleitoral em ciência política e no contexto guineense em particular, a partir de estudo aprofundado sobre os eventos democráticos e eleitorais demarcados na problemática para melhor compreensão teórica e metodológica da temática em questão.

Com objetivo de entender o que motiva os eleitores a votarem num determinado candidato, consultamos documentos para levantamento e verificação dos dados desagregados dos resultados das eleições no site da Comissão Nacional das Eleições (CNE) e as Comissões Regionais de Eleições (CREs), bem como revistas, jornais, entrevistas e atuação dos candidatos nas campanhas eleitorais de 2019. Lembrando que os eleitores guineenses estão localizados por clivagens étnicas em regiões singulares e por meio de dados eleitorais por região, verificaremos a relação entre afinidade étnica e apoio eleitoral dos candidatos em cada região.

Salienta-se que a operacionalização do problema em questão passa pela sua compreensão através da mobilização de bibliografias e dados eleitorais, por meio de tabelas, gráficos e mapas de resultados eleitorais das eleições que servirão de objeto de análise rigorosa. Quando utilizamos a técnica qualitativa almejamos interpretar e compreender bem o fenômeno que estudamos nas suas dimensões teórica e prática (Goldenberg, 2004). Levando em consideração que a nossa pesquisa é explicativa, Severino (2007, p.13) argumenta que “é aquela que além de registrar e analisar os

fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através de aplicação do método experimental ou interpretação dos fenômenos”.

Na mesma ótica, Cano (2012) esclarece-nos que os métodos constituem estratégias de produção de conhecimento científico, que abrangem a geração e a validação de teorias e que, por outro lado, as técnicas são formas padronizadas de coleta e análise de dados, com a mesma finalidade: a de produzir conhecimento válido. Tudo isso se dará a partir de uma lógica de pesquisa de descoberta e explicação, que busca evidenciar as relações normativas existentes por meio de teorias que nos permitirão delinear e tornar compreensível o objeto do nosso estudo e, por conseguinte, atingir objetivos definidos. (SCHMITTER, 2008 *apud* SILVA, 2018).

Em forma de síntese, nosso trabalho se baseará numa técnica conhecida como triangulação, que segundo Yin (2016), permite coletar evidências com base em diferentes fontes para verificar suas convergências, isto é, se corroboram as nossas hipóteses. Essas fontes são: a literatura existente sobre nosso objeto de pesquisa, os documentos, os dados eleitorais, análise dos discursos dos candidatos, os jornais e revistas.

Por fim, ressaltamos que a nossa dissertação está estruturada de seguinte maneira: no primeiro capítulo tratamos sobre democracia: conceitos e modelos, trazemos abordagens sobre conceito da democracia representativa. No segundo capítulo, analisamos o processo democrático bissau-guineense: explicamos como se deu este processo de democratização/transição democrática. No terceiro capítulo fazemos uma revisão da literatura sobre comportamento eleitoral e como a variável etnia influencia o resultado das eleições na África subsariana em geral. No último capítulo, discorremos sobre incentivos do voto na Guiné-Bissau, etnicidade nas eleições guineenses, a conjuntura da realização e os resultados das eleições presidenciais de 2019 com base nos dados eleitorais e, por fim, fazemos considerações finais sobre o trabalho em geral.

2 DEMOCRACIA: CONCEITOS E MODELOS

O presente capítulo traz abordagens conceituais de diferentes perspectivas sobre democracia desde seus primórdios e em diferentes contextos até os tempos atuais, com objetivo de demonstrar sua indeterminação conceitual e, em seguida, discuti-la e ver seu encaixe no contexto bissau-guineense ou destacar a particularidade deste último.

Cardoso (2018) lembra-nos que desde o princípio do uso do termo democracia no vocabulário da filosofia política grega no século V a.C. ela já denota formas variadas de concepções sobre a organização política e as relações sociais. Isto é, a democracia visava pensar o arranjo político de uma certa sociedade, mirando o seu ornamento. Na mesma perspectiva, Dahl (2001) demonstra que a democracia é discutida há 2.500 anos, trazendo concepções diferentes. Umas sustentam que ela começou há duzentos anos com a democracia norte-americana, enquanto outros acreditam que advém das suas raízes clássicas oriundas da Grécia e Roma antigas e vem se estendendo até os dias atuais.

Em virtude disso, cabe destacar que não existe uma concepção unânime sobre este fenômeno entre os estudiosos da política, muito menos entre pessoas leigas, independentemente do regime político que vigora nos seus países. Contudo, destaca-se um elemento que baliza o uso deste termo historicamente – a democracia está intrinsecamente ligada ao “problema de ordenamento da convivência de coletivos humanos, [...], seu problema político por excelência” (CARDOSO, 2018, p. 49).

Na mesma ótica de demonstrar o não consenso pleno quanto ao conceito definitivo da democracia, Dahl (2004) adverte que seria um equívoco considerar peremptoriamente que a democracia tenha sido inventada e definitivamente conceituada e consolidada, em analogia à máquina a vapor. Ao contrário desta, a democracia vai sendo sempre refeita e novos elementos são acrescentados, o que implica que ela se encontrará em constante mutação. O autor também pondera que a propagação da democracia se deveu à difusão de ideias e práticas democráticas; no entanto, chama atenção que esses fatores são insuficientes para explicar a expansão da democracia.

Partindo do pressuposto de que a democracia foi idealizada e reinventada várias vezes e em diversos lugares, Dahl (2001) argumenta que as condições socioculturais em qualquer lugar podem favorecer a emergência da democracia, presumindo que alguma forma de governo democrático tenha existido em governos tribais nos primórdios da humanidade antes da historiografia. Dado isso, autores como Wamala (2004) e Movimento da Negritude reivindicam a origem africana da democracia a partir da organização política das antigas sociedades tradicionais (através das assembleias dos anciãos) antes do colonialismo ocidental na África.

Em sua célebre obra, *Poliarquia*, Dahl (1997) ressalta que uma democracia ideal, basicamente pressupõe igualdade de participação efetiva e votação numa dimensão inclusiva, governo aberto a contestação pública, ou seja, a partir de inclusividade e da democratização.

Entende-se daí que a busca por um entendimento mais geral da democracia, advém da reflexão acerca do desafio de instituir a ordem social que compreenda a constituição da autoridade política, da qual se torna imperativo refletir acerca das diferenças que aparta o governador do governante. A autoridade política é legítima perante duas condições: os governados para obedecerem à autoridade devem participar da constituição de tal autoridade, isto é, a soberania popular. E o desempenho do governante deve ser avaliado pelos governados. Essas condições constituem o entendimento republicano do governo (CARDOSO, 2018).

Na mesma linha de raciocínio, Mendonça e Cunha (2018) relembram que a partir dessas reinvenções da democracia, no contexto da modernidade, ela é compreendida geralmente como “uma forma de governo caracterizada pela representação política, pela ideia de igualdade política entre os cidadãos e pela separação entre poderes” (MENDONÇA e CUNHA, 2018, p.31).

Entende-se, segundo estes autores, que a questão da representação política por meio de participação dos cidadãos na tomada das decisões, seja direta ou indiretamente, é um marco fundamental da democracia moderna. Logo, a incidência de governo representativo aqui, deve ter o papel institucional de proporcionar o autogoverno sem que o transforme em uma ditadura de maioria. Assim sendo, o

fundamento do governo representativo está ligado à edificação de um sistema que impede a concentração de poderes por maioria ou minoria. Os autores enfatizam ainda que a presença do governo representativo no modelo moderno da democracia teria o papel basilar de “proteger os cidadãos do poder do Estado (que não seria, pois, absoluto) e de seus concidadãos”. (MENDONÇA; CUNHA, 2018, p.32)

Também nesta ótica de democracia como protetora, Jeremy Bentham (1748-1832), defendeu uma ética “utilitarista” que parte essencialmente do pressuposto de que uma boa sociedade seria aquela que promoveria a maior felicidade de maior número de pessoas. O que significaria então que “o governo representativo seria eticamente defensável por proteger os cidadãos do poder exercido pelos governos, mantendo a segurança necessária à persecução individual de interesses” (BENTHAM *apud* MENDONÇA e CUNHA, 2018, p.33).

A proposta de Bentham sobre o papel da democracia é endossada pela ideia ora apresentada por Mendonça e Cunha, da qual se enaltece o imprescindível papel deste sistema de governo que não só deve conceder liberdade aos cidadãos, como também acaba protegendo os governados e os permitem participar livremente no processo democrático de escolha dos seus governantes e suscitar uma boa convivência social e política.

James Mill (1773-1836), que também debruça acerca da importância da prevalência de modelo democrático, sustenta essa afirmação baseada num elemento que compõem os *modus operandi* da democracia moderna que é o voto secreto e com peso igual (uma pessoa, um voto), a partir de qual a democracia garantiria que os governantes não usurpam o poder político, bem como, respeitem e protejam direitos dos cidadãos de escolherem livremente os seus governantes e, conseqüentemente, a democracia afirma seu papel protetor (James Mill *apud* Mendonça e Cunha, 2018). Outros autores como Macpherson (1977) e Held (1987), enfatizam a ideia de que a democracia (compreendida como governo representativo) exerce papel fundamental na mediação de interesses plurais em sociedades cada vez mais complexas e diversificadas (MENDONÇA e CUNHA, 2018).

Como se sabe, por meio das instituições e da presença do Estado, as

democracias foram reinventadas introduzindo o constitucionalismo e a separação dos poderes para melhor controle e execução do bem comum, como outrora anunciava Montesquieu no século XVIII, a clássica divisão tripartite do poder. Mendonça e Cunha (2018) entendem a democracia como forma de governo adequada para lidar com a multiplicidade de interesses em disputa na vida cotidiana. A partir de Downs (1997) afirma-se que a democracia é um processo de competição eleitoral baseada em regras constitucionais que visam reduzir os custos da participação política. Deste modo, o resultado da competição democrática seria a formação de governos que exercem o poder com base no consentimento do povo para a partir daí decidir politicamente.

Outro autor importante da concepção pluralista da democracia é o John Stuart Mill (1806-1873), que entendia a democracia como um “regime político que possibilitaria o autodesenvolvimento moral dos indivíduos por propiciar o envolvimento ativo de cada um na tomada de decisão que recaem sobre sua existência” (Mill *apud* Mendonça e Cunha, 2018, p.37). O autor sustenta sua concepção na ideia de liberdade plena em várias esferas da vida, principalmente no âmbito político que a democracia proporciona aos cidadãos e, em vista disso, permitindo-lhes tomar decisões livres de quaisquer formas de coação ou subordinação.

Petruciani (2014), considera que a democracia deve partir duma definição nítida que se baseia na igualdade política, isto é, a igualdade de participação dos cidadãos na tomada de decisão que envolve suas vidas, sem exclusão de grupos ou classes. Entende-se desta forma que a igualdade política na visão do autor é a condição *sine qua non* para a prática democrática, uma visão outrora defendida por (DWORKIN, 2005).

Nessa direção, John Dunn (2016) afirma que o principal problema da democracia, ao contrário do liberalismo que considera inegociável a liberdade dos indivíduos, capaz de abrir mão da igualdade em detrimento da liberdade, é que a democracia moderna não pretende fazer concessões.

A partir disso, constata-se diversas perspectivas das teorias democráticas e como elas podem ser entendidas, em que a democracia pode-se configurar em alguns

entendimentos e desempenhar funções como a de: método, teoria realística e a dinâmica ou de desenvolvimento como propõe (PETRUCCIANI, 2014).

A primeira perspectiva, a democracia como método, consiste no uso de parâmetros democráticos para tomada de certas decisões que envolvem a coletividade com base no estabelecimento de certas regras, nas quais os membros dispõem de liberdade de fazerem suas escolhas (a eleição). Corrente esta desenvolvida grandemente por Hans Kelsen, acredita que democracia é simplesmente uma forma de eleger os representantes do povo, ou seja, é um método de criação da ordem social”, (KELSEN *apud* PETRUCCIANI (2014, p.168).

Enfatiza-se também que a democracia só é possível mediante agrupamento de coletivos em consonância com suas afinidades e interesses políticos, em outras palavras, a melhor forma de administrar os conflitos de maneira pacífica sem efeitos colaterais e, desta maneira, a democracia como método, significa basicamente, uma forma de eleger os governantes, isto é, o caminho para exercício de poder político legitimamente.

Sendo assim, a teoria realista da democracia desenvolvida por Schumpeter que analisa a democracia numa perspectiva de mercado, acredita que não é a vontade dos cidadãos que faz emergir a decisão política. Segundo ele, o método democrático “é um instrumento institucional para chegar às decisões política, com base no qual os indivíduos obtêm o poder de decidir através duma competição que tem por objetivo voto popular” (SCHUMPETER, 1984 *apud* PETRUCCIANI, 2014, p.170)

Ou seja, Schumpeter (1984) fala de uma democracia minimalista, também conhecida amplamente como democracia procedimental.

O autor acredita que, tal como no campo econômico empresarial, são as pequenas elites políticas que comandam as decisões políticas a partir de controle sutil ou convencimento da maioria dos cidadãos visando obter destes os votos necessários para se elegerem, assim como as elites econômicas concorrem no mercado para obtenção de mais consumidores (clientes). Esta mesma perspectiva também foi defendida por Downs (1957), ao afirmar que os políticos elaboram políticas para serem eleitos e não eleitos para elaborarem políticas. Logo, o entendimento realístico

da democracia parte do pressuposto de que uma pequena minoria manipula os cidadãos procurando tirar vantagens destes (para se elegerem).

Finalmente a perspectiva da democracia como desenvolvimento teorizada por Macpherson e outros autores como Cunningham e Dewey, contrária à visão anterior de Schumpeter, que dizem representar não a fisiologia da vida democrática, mas sim sua patologia. Ou seja, o que Schumpeter sustentava não definia a real funcionalidade da democracia, porém a sua forma deteriorada.

John Dewey (1927 *apud* Petrucciani 2014, p.172) considera que é necessário inicialmente, ponderar duas ideias que permeiam a democracia: “a democracia como ideia social e a democracia como política (como sistema de governo)”. O autor pressupõe que a questão democrática deve ocupar toda a esfera da nossa vida cotidiana e, destarte, que ela não se limita simplesmente a um método político de exercício de poder, mas que seja essencialmente um ideal de sociedade cujo nosso modo de vida deve se basear.

Segundo Dewey (1927 *apud* Petrucciani, 2014, p.173), “a democracia é algo mais que uma forma de governo. É antes de tudo um tipo de vida associada, de experiência continuamente comunicada”, tal como endossada por Macpherson e Cunningham citados por Petrucciani (2014), a democracia é um tipo de sociedade, um conjunto global de relações entre indivíduos. É ainda um processo dinâmico e expansivo que visa integrar todas as facetas da sociedade.

Para resumir, Petrucciani (2014) nos apresentou concepções diferentes sobre como funciona ou deve funcionar os ideais democráticos.

Ainda neste mesmo debate, autores contemporâneos como Przeworski (2020, p.12) conceitua democracia numa perspectiva minimalista e eleitoral, sendo ela “um arranjo político no qual as pessoas escolhem governos por meio de eleições e têm uma razoável possibilidade de remover governos de que não gostem (autores que adotam essa opinião inclui Schumpeter, Popper e Bobbio).” Przeworski elucidou este conceito com base no Tríade do que Ginsburg e Huq consideram características fundamentais da democracia, tais como: eleições competitivas, direitos de expressão e associação assegurados por lei e Estado de direito. Ele adverte, então, que:

Consequentemente, a democracia funciona bem quando qualquer conflito que surja na sociedade é conduzido e processado dentro do âmbito institucional, sobretudo através de eleições, mas também de sistemas coletivos de negociação, cortes e burocracias públicas, sem impedir quem quer que seja de ter acesso a essas instituições só por causa da substância de suas demandas. Em resumo, a democracia funciona quando conflitos políticos são processados em liberdade e em paz civil. (PRZEWORSKI, 2020, p.13).

Logo, o autor ressalta que, para que a democracia funcione bem, é imprescindível a existência das instituições guardiãs da democracia que atuarão na solução e mitigação dos conflitos. A mesma visão é reforçada por Svoblik (2019) que argumenta que a democracia funciona bem quando as instituições regulam os conflitos. Para este autor, a eleição é um mecanismo basilar para as democracias sob três condições: quando o que está em jogo não é grande, quando a perda da eleição não seja desastrosa e quando há chances de assumir o poder num futuro próximo. Em outras palavras, perante estas condições a probabilidade de a democracia durar mais é maior.

Nesta lógica, Acemoglu e Robinson (2020) advertem que, numa democracia, o fortalecimento do Estado deve implicar o fortalecimento da sociedade civil, isto é, a existência de um leviatã acorrentado (*Shackled Leviathan*). Dito de outro modo, um Estado que cumpre com suas obrigações: protege os direitos de todos e, especialmente, das minorias. Ressaltam ainda que, uma sociedade com leviatã acorrentado faz com que o Estado seja provedor da liberdade e bem-estar social a todos cidadãos. Para isso, é necessário que exista um poder popular (sociedade civil) forte, unida e vigilante. Capaz de remover os governantes no poder quando não cumprem com seus deveres ou extrapolam os seus limites constitucionais de atuação.

Com resultado, cria-se o corredor estreito (*the narrow corridor*) com fortalecimento do poder da sociedade civil que não admite excesso do Estado e, concomitantemente existirá um Estado forte que atua dentro das margens da constituição, proporcionando proteção e estabilidade social. Ou seja, uma situação de equilíbrio entre as duas forças.

Citado por Przeworski (2020), Rosanvallon, o grande defensor da tese de uma democracia contramajoritária, afirma que um poder político só é democrático na

íntegra quando submetido a testes de controle e validação que passam por e completam a vontade da maioria. Em outras palavras, o autor advoga para inclusão de mecanismos democráticos que não se limitem à vontade da maioria, ou seja, restrições contramajoritárias aos governos majoritários. Rosanvallon (2018) também advoga para um modelo democrático que transcende aspectos minimalistas, ou seja, uma democracia para além das eleições, porém configurada numa perspectiva que visa, prioritariamente diminuir desigualdade e criar um estado de bem-estar social e mecanismos para mais participação popular na arena política.

Em síntese, constatamos diferentes, mas também convergentes percepções sobre este conceito em mutação e as concepções dos autores sobre a democracia nos seus diversos contextos e entendimentos sobre qual o papel dela para configuração sociopolítica da convivência social em dimensão maior, isto é, a nível de um país e grandes agrupamentos humanos, lidando com pluralismo social e interesses políticos diversos e antagônicos. A partir dos modelos teóricos eurocêntricos, ora apresentados, o próximo capítulo vai tentar destacar a particularidade da democracia bissau-guineense.

3 GUINÉ-BISSAU E O PROCESSO DEMOCRÁTICO

Nesta seção analisamos, a partir de um panorama histórico, o processo de transição e implementação da democracia na Guiné-Bissau, visando compreender este processo desde seu primórdio. De acordo com a nossa hipótese inicial esta transição foi influenciada tanto pelos fatores exógenos como a queda do Muro de Berlim e proliferação do capitalismo neoliberal no Sul Global, assim como fatores endógenos, tais como a instabilidade política, as questões socioculturais entre outros.

Queiroz (2017) adverte-nos sobre a importância dos fatores domésticos e externos e como estes influenciam o processo de democratização, constituindo elementos fundamentais para identificar e compreender esta dinâmica. Sublinha-se que o surgimento e aumento considerável de pesquisas sobre transição democrática se deveu muito à conhecida terceira Onda de Democratização marcada por processo histórico de transições democráticas em muitas regiões do planeta, sobretudo no leste europeu, sudoeste asiático, África e América do Sul. *The Third Wave*, assim o conceituou posteriormente Samuel Huntington (1991).

Nesta perspectiva, Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter (1986 apud Queiroz, 2017) consideram os períodos de transição democrática como o tempo de passagem de um regime não democrático (autoritário) para democrático. De acordo com Schneider e Schmitter (2004) o processo de democratização pode ser analisado, considerando os seguintes aspectos principais: a liberalização da autocracia, a transição democrática e a consolidação da democracia.

Enfatiza-se que o fim desses momentos de transição, são geralmente caracterizados pela realização das primeiras eleições sejam elas presidenciais ou gerais e criação de novas constituições. Conforme Donald Share e Scott Mainwaring (1986), pode-se classificar as transições democráticas em: transição subsequente ao colapso de um certo regime; transição através de liberalização e transição pautada em negociação entre as partes.

Como lembra Przeworski (2004), a primeira etapa para democracia é a liberalização marcada pela mudança em que as elites políticas do momento controlam o aparato estatal. O autor observa que as transições são permeadas por negociações

que costumam ter como atores: os pertencentes ao antigo regime e os entusiastas do novo regime (democrático). A consolidação democrática normalmente é marcada pela realização de eleições que assinalam a alternância de poder no governo, existência de mais partidos políticos e incidência dos civis na política, subordinando os militares. Já Nobrega (2008) afirma que, para compreender o fenômeno democrático na África é importante que se conceba tal fenômeno como resultado de um processo em andamento, tendo em conta que combina ideais e valores institucionais democráticos oriundos de ocidente, que colidem com outros valores e modos de vida seculares presentes nas sociedades africanas.

Por outro lado, Bijagó (2017, p.219) citando Chabal (1998), sustenta que:

[...] o movimento para a democracia na África resulta de uma combinação de dois fatores, internos e externos, íntima e causalmente imbricados. Do ponto de vista interno podemos citar duas causas imediatas, quais sejam: a continuação do aprofundamento da crise econômica e a consequente perda de legitimidade do partido único, que não foi capaz de proporcionar bases minimamente aceitáveis para garantir o bem-estar e/ou a sobrevivência da população. O partido único demonstrou-se incapaz de gerir adequadamente os Estados recém-independentes, levando-os a uma situação socioeconômica precária e a uma posição dependente na economia mundial.

De modo geral, entende-se que o processo para democratização no continente envolve muitas variáveis. Neste caso em particular pode-se constatar que a variável externa, isto é, organismos econômicos internacionais foram muito determinantes para o início do processo, haja vista as precariedades econômicas que os países enfrentavam, o que podemos chamar de variável interna, que fez com que eles aderissem ao projeto da democracia. Analisaremos isto com mais detalhes no tópico a seguir, no contexto guineense.

3.1 Da luta de libertação à transição democrática na Guiné-Bissau

De acordo com Lopes (1982) a primeira grande ação do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) de ponto de vista político, foi a mobilização da camada urbana a partir de seguintes pautas: trabalho forçado, obrigação de pagar imposto, tratamento racista e exploração sexual das mulheres

guineenses por parte das autoridades portuguesas. Estas questões foram suficientes para que os cidadãos bissau-guineenses se juntassem ao PAIGC na luta pela soberania nacional. PAIGC mobilizou também os operários para realização da primeira greve dos trabalhadores, evento que resultou em memorável Massacre de Pindjiquite¹. A partir deste episódio o PAIGC descartou intervenção por vias pacíficas. A nível diplomático, o partido elaborou e apresentou ao comitê das Nações Unidas em 1962, o relatório sobre o colonialismo português no país, em que denunciaram os abusos e crimes cometidos pela administração colonial portuguesa.

Lopes (1982, p.25) considera ainda que o Congresso de Cassaca realizado em fevereiro de 1964, determinou entre pontos importantes: “criação de forças armadas locais, milícias populares e realçou as bases para um controle ideológico mais forte no seio do partido”. Nesta senda, depois de onze anos de luta armada, a Guiné-Bissau conquistou sua independência em 1973, processo que se deveu não só à luta travada pelo povo guineense liderado pelo (PAIGC), mas também à profunda instabilidade política que a metrópole vinha enfrentando com o regime Salazarista em Portugal. Regime ditatorial português colapsou em 25 de abril de 1974, no que ficou conhecido como a Revolução de Cravos, que colocou fim ao regime vigente por mais de três décadas em Portugal (BIJAGÓ, 2017).

Depois da independência, a Guiné-Bissau viveu durante 14 anos sob regime de partido único, liderado pelo PAIGC, partido que idealizou e comandou a luta contra o colonialismo português na Guiné-Bissau e Cabo-verde. Salienta-se que o regime de partido único foi comum entre os governos na pós-independência em muitos países da África subsaariana e foram marcados por “Estados personalistas”, formados com base nos primeiros “Partidos Estados”, tal como PAIGC na Guiné-Bissau, (BIJAGÓ, 2107, p.219).

Ki-zerbo (1935) sustenta que os líderes africanos optaram por regime de partido único naquela época considerando que facilitaria mais a construção e fortalecimento da identidade nacional a partir da união das diversidades, o que não

¹ Aconteceu no dia 3 de agosto de 1959 em que centenas de operários do porto de Bissau foram mortos pela autoridade colonial portuguesa por reivindicarem seus salários.

deu muito certo e teve como consequência em alguns países: conflitos e fortalecimento de regimes não democráticos. Na mesma perspectiva, Nóbrega (2008) argumenta que a preferência por modelo de partido único tem a ver com a preocupação dos líderes em manter a unidade nacional, temendo os riscos de que o multipartidarismo estimule o tribalismo num contexto sociocultural muito heterogêneo. Sobre isso, o renomado sociólogo guineense e um dos grandes intelectuais africanos contemporâneos, Carlos Lopes (1988) já apontava que é imprescindível que qualquer estudo sobre o fenômeno político, cultural e ou social na África, se atente para questões étnicas.

Nesta perspectiva, Teixeira (2008) observa que as transições para democracia na África em geral, foram marcadas por cenários de guerras étnicas, regimes altamente autoritários que resultaram num processo de transição democrática cujo resultado não era o esperado nos países. Nesta corrida para se ocidentalizarem muitos países africanos acabam ignorando suas configurações socioculturais e realidades étnicas complexas, que mais tarde resultaram em conflitos ou perturbaram a estabilidade política e governativa. Fernandez (2015, p.68) afirma que “a etnicidade não fazia parte do projeto político dos estados-nação recém independentes, como é o caso da Guiné-Bissau”.

Koudawo (2001) caracteriza a Guiné-Bissau como país de dupla transição: considera a primeira transição política como oriunda das décadas antes de 1990, marcadas eminentemente por profundas crises do Estado guineense pós-colonial. Ressalta que de 1974 a 1991 a Guiné-Bissau viveu sob adaptação do regime marxista-leninista cujo a base de inspiração e apoio eram União Soviética, Cuba e China.

Lembrando que na primeira década da independência, o país deu início a um projeto de construção de regime de caráter socialista, amplamente sustentado e propagado por Amílcar Cabral² desde os primórdios da luta armada, projeto este que

² Um dos idealizadores e fundador do PAIGC, segundo maior líder da história mundial segundo a revista BBC HistoryExtra 2020. Disponível em> <https://www.historyextra.com/magazine/who-greatest-leader->

acabou falhando devido assassinato do então líder em 20 de janeiro de 1973. Contudo, considera-se que o país permaneceu tecnicamente neste regime até os anos de 1991. Cordeiro (2009, p.4) afirma que, “a intenção de Cabral em colocar os militares em seus devidos lugares após a independência, sem a menor dúvida, constituiu um dos motivos do seu assassinato”.

Em 1980 aconteceu o primeiro golpe de Estado na Guiné-Bissau, que retirou o então presidente Luís Cabral, irmão mais novo de Amílcar Cabral, escolhido pelo Conselho da Revolução que ocupava posição de presidente desde a data de independência. Segundo Fernandes (2015), foi um golpe liderado pelo então Primeiro-Ministro, o General João Bernardo Vieira, episódio designado de Movimento Reajustador. O grupo golpista argumentava por um lado que Cabral não era puro guineense, e por outro, acusavam a administração dele, de ter privilegiado mais os cabo-verdianos em detrimento dos guineenses. Vale lembrar que este acontecimento pôs fim ao projeto unitário dos dois países que existia desde a criação do PAIGC em 1956 por Amílcar Cabral e outros seis indivíduos guineenses e cabo-verdianos.

Este acontecimento demonstrou a inviabilidade do “trinômio que funda credo do PAIGC: estado binacional, economia estatizada e democracia nacional revolucionária” (Koudawo, 2001, p.132). De acordo com Koudawo (2001), a partir de 1983 constatou-se virada no que tange à política econômica como momento de profunda crise econômica evidente. Com isso iniciou-se a liberalização econômica em 1987. O autor enfatiza a contradição entre um sistema político dirigista e um sistema econômico cada vez mais liberal. Ressaltou ainda que as mudanças sociais e de mentalidade causadas pela liberalização econômica tiveram papel crucial na liberalização política no país.

Sabe-se que o final da década de oitenta foi caracterizado por acontecimentos que agitaram intensamente as estruturas políticas de muitos países, sobretudo os do

Leste europeu. Por outro lado, a maioria dos países do continente africano se encontrava numa profunda crise económica. Países como Guiné-Bissau, Gana, Costa do Marfim, Senegal, etc., vinham tentando superá-la pedindo ajuda aos organismos financeiros internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial (CARDOSO, 1995).

Afirma-se que a conjuntura internacional de anos 1980 e 90 teve papel determinante no que se refere ao debate sobre abertura democrática. Ou seja, foram fundamentais para evolução política do Estado guineense rumo ao pluralismo político, haja vista que o então Estado, e até dias atuais, depende grandemente da ajuda estrangeira. As elites políticas daquele momento se apresentavam vulneráveis aos condicionantes democráticos da época, assim como em quase todo continente.

Sinais de abertura política iniciaram no final da década de 80, caracterizados por criação de Comitê alargada no PAIGC que visa analisar as possibilidades de transformação de estruturas do Partido e das relações entre partido e Estado.

No entanto, frisou-se que não tinha nada de pluralismo democrático neste comitê que só visava pensar mecanismos de adaptar o monolitismo a partir de flexibilidade interna do Partido Único. Ou seja, se por um lado existiam dirigentes que queriam abertura (liberalização de fachada, para enganar comunidade internacional e conseguir apoio econômico) como uma resposta à pressão externa para democratização, por outro lado, havia outros dirigentes que não estavam dispostos a estas mudanças, (KOUAWO, 2001).

Neste contexto, em 17 de outubro de 1985³, algumas figuras importantes tais como: políticos opositores e alguns intelectuais que constantemente contestavam o considerado governo ditador de João Bernardo Vieira, foram assassinadas. Afirma-se que este episódio é tido como marco inicial e importante para manifestação política: incitou a mobilização da sociedade civil e muitos intelectuais para urgência da abertura democrática, conquista da liberdade e criação de outros partidos políticos. Este

³ Para mais detalhes sobre este evento consulte:

<https://tchoque.blogspot.com/search?q=17+de+outubro+1985>

movimento de mobilização e contestação tinha como objetivo enfrentar o perigo da ditadura iminente no país. Lançavam apelos à comunidade internacional no sentido de intervir contra tal regime ditatorial (BIJAGÓ, 2011).

O então presidente João Bernardo Vieira, na ocasião, acusou de tentativa de golpe de Estado o primeiro vice-presidente e ministro de Justiça, Paulo Correia e o então procurador geral da República, Viriato Pã e mais dezenas de indivíduos que foram arbitrariamente assassinados, mesmo com súplicas e clemência por parte da: Anistia Internacional, do Papa João Paulo II e do então presidente português Mário Soares, etc. (BIJAGÓ, 2017).

Koudawo descreve as etapas da primeira transição que vai de 1990-1991 marcadas eminentemente por exigência interna quanto a renovação e debates sobre abertura política real no PAIGC. Tem como marco fundamental (pré-abertura) desta etapa: as deliberações do Segundo Congresso Extraordinário de PAIGC em 1991, sob lema: “Renovação, unidade nacional e aprofundamento da democracia” (Koudawo, 2000, p.136). Outro fato também importante nesse congresso foi a revogação do artigo 4º da Constituição de 1984. Sendo assim, em 5 de maio de 1991 a abolição do artigo 4º marca a primeira fase de abertura, que o autor nomeou de Pequena abertura.

Ao mesmo tempo existia contendas internas no então partido-Estado (PAIGC), dividido em duas alas: uma renovadora, favorável à abertura democrática e à existência de outras forças políticas (composta fundamentalmente por uma nova geração do partido, formada por quadros recém-chegados do exterior), conhecidos por os “121”⁴. A outra ala era conservadora, formada por veteranos de guerra, desprovidos de qualificação acadêmica e experiência política democrática, (BIJAGÓ, 2017).

⁴ Em referência aos 121 quadros formados no exterior (sobretudo em Portugal, Rússia e Cuba) que propunham mudanças políticas para um regime mais aberto, isto é, democrático, que permitisse a própria integração deles no cenário político de maneira democrática.

Nesta conjuntura, a carta dos 121 publicada em junho de 1991 exigia rigorosamente a democratização interna no PAIGC. Em agosto de 1992 foi criada a comissão multipartidária de transição – CMT que deu início a uma nova fase de transição considerada Grande Abertura, bem como a criação da Comissão Nacional de Eleições - CNE em janeiro de 1993, (KOUDAWO, 2000).

Koudawo também enfatiza que a morte de um oficial das forças armadas (Major Robalo de Pina) em março de 1993 num quartel em Bissau perturbou a transição que vinha ocorrendo normal desde agosto de 1992, acontecimento este considerado como: ajuste de contas, manipulação política para sabotar o processo de transição, golpe de Estado, ou simples incidente. Deste modo, aumentou a desconfiança entre dirigentes de PAIGC e os partidos de oposição na época. Momento que o autor nomeou como Abertura ameaçada, que fez com que houvesse vários adiamentos de realização das primeiras eleições.

Neste imbróglio, é notório que o quadro econômico do país estava degenerado, com uma economia eminentemente rural e aumento considerável do desemprego. De acordo com Bijagó (2017), esse cenário somava-se ao do fim da guerra-fria e consequente fracasso consolidado do regime socialista em muitos países de África, que dependiam muito da ajuda soviética para materialização de suas lutas contra o colonialismo ocidental e sustentação de seus regimes.

Com o declínio da influência soviética e emergência do neoliberalismo, grande parte do globo se viu forçado a submeter-se ao domínio do mundo ocidental. Naquela conjuntura, a Guiné-Bissau, assim como muitos países africanos, se viu sem outra alternativa a não ser se curvar aos ditames das principais instituições econômicas emergentes, como FMI (fundo monetário internacional) e Banco Mundial, que para redimir a precariedade econômica do país, recomendaram a abertura do processo democrático e adoção de modelo econômico liberal.

Com vista a liberalização política democrática, conforme Bijagó (2017), em maio de 1991 a Assembleia Nacional Popular (ANP) reviu pontualmente a constituição, suprimindo o artigo 4º que consagrava o PAIGC como único partido político, sem, no entanto, criar leis que permitissem práticas democráticas, como por

exemplo, liberdade de expressão ou liberdade de organização política.

Os cidadãos, assim como judiciário e legislativo, não ousavam enfrentar, dentro das leis, o líder do executivo, haja vista possíveis represálias, algo que rendeu mais uns anos de empecilho institucional que, nada mais nada menos, visava postergar a transição para democracia plena e garantia da existência de mais partidos políticos. Tal fato colocaria em xeque a reputação e o *status quo* dos dirigentes do PAIGC que queriam permanecer no poder. De lembrar que os membros do legislativo e judiciário eram todos militantes do PAIGC, porém subordinados ao executivo liderado por João Bernardo Vieira.

De acordo com Silva (2010), a partir do ato da Assembleia Nacional Popular (ANP) de 1992, fez-se a revogação da Constituição de 1984 e foi criada uma comissão multipartidária encarregada de elaborar nova constituição que guiaria o país a um sistema multipartidário democrático. A concretização deste processo se deu com a terceira revisão constitucional que legalizou dezenas de partidos políticos, criando assim, a Comissão Multipartidária de Transição (CMT).

3.2 Das Constituições da República

Para melhor entendermos este processo democrático guineense faz-se necessário trazer um breve histórico das Constituições guineenses e o processo de transição constitucional até à última Constituição. Silva (2010) é o autor que melhor desenhou este quadro.

Começando com a constituição de 1973, aprovada pela ANP em 24 de setembro de 1973, conhecida como Constituição de Boe, em referência ao nome do lugar (setor) na zona Leste do país onde foi proclamada a Independência e nascimento do Estado guineense livre da dominação colonial. O teor desta constituição, entre vários pontos, destaca a libertação da Guiné-Bissau e Cabo-verde, uma constituição pequena com apenas 58 artigos subdividida em quatro capítulos: Dos Fundamentos e Objetivos, dos direitos, liberdades e deveres fundamentais, da organização do poder político e da revisão constitucional, constituição esta que o autor considera como do tipo “balanço-programa” (SILVA, 2010, p. 3).

Entre os princípios políticos desta constituição, enfatizava-se que PAIGC seria a força política dirigente do Estado e sociedade guineense, e balizada nas regras do centralismo democrático do poder de Estado, ou seja, o que eles consideravam uma “democracia nacional revolucionária”. Reafirmava-se que a unidade dos dois países-irmãos (Guiné-Bissau e cabo-verde) definia a forma de Estado. O autor realça que esses princípios são oriundos do constitucionalismo soviético. Os órgãos de poder eram, ANP, conselho de Estado (CE), conselho de comissários de Estado (CCE) e os conselhos regionais, uma constituição que aparentava arquitetar um sistema de governo de assembleia, de acordo com (SILVA, 2010).

A organização de poder se fazia em torno de duas forças; instâncias político-militares e partidárias, assentadas nas bases de luta de libertação nacional, esse modo de estruturação de poder excluía as representações étnicas, ou seja, as instâncias de poder político tradicional⁵ não tinham espaço nas formas institucionais de poder do Estado. Sobre este ponto Amílcar Cabral citado por Lopes (1982, p.104) advertia que: “no interior das nossas fronteiras há toda uma estrutura social e nesta estrutura social temos que considerar o papel dos chefes tradicionais”.

Em 10 de novembro de 1980 a ANP aprovou o texto da nova constituição, visando colocar em prática o "Programa Maior" do PAIGC, que almejava unir cada vez mais Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Não à toa a constituição dos dois países eram idênticas, um dos elementos mais importante desta mudança. Meses depois, em 14 de novembro de 1980, aconteceu o primeiro golpe de Estado conhecido como Movimento Reajustador, por visar alterar o estatuto de Presidente e Primeiro-ministro e a pena de morte. Daí foi emitida a “legislação revolucionária que dissolveu Assembleia Nacional Popular - ANP, Conselho de Estado - CE e Conselho de Comissários de Estado – CCE. O Conselho da Revolução assumia controle do país”, o regime de partido único continuou vigorando, com concentração de poderes nas mãos de Nino Vieira, presidente do CR. (SILVA, 2010, p. 4).

⁵ São os régulos e líderes dos grupos étnicos: chefes das aldeias e são socialmente muito respeitados, são também autoridades.

Esta situação só foi alterada depois da realização do primeiro Congresso extraordinário do PAIGC, em novembro de 1981, que, entre outras resoluções, colocava fim à unidade de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Dois anos depois, começaram as discussões acirradas no interior do partido sobre a manutenção ou não do cargo de Primeiro-ministro.

Nesta direção, em 16 de maio de 1984 nasceu a nova Constituição, desta vez, baseada na Constituição Cubana, com um Conselho de Estado formado por mais de 15 membros, ministros e secretários. Diferente da Constituição de 1973, a nova Carta Magna substituiu o Conselho de Comissários de Estado (CCE) por um governo composto por ministros e secretários de Estado comandado por um primeiro-ministro e reservou mais poderes para presidente do CE, que acabou se tornando um regime presidencialista, com extrema concentração de poder na figura do presidente, ao contrário da Constituição de 1980.

Como se sabe, nos anos noventa, em muitos países da África, houve o processo de democratização. Nesse contexto, Silva reconhece que “a liberalização econômica antecedeu a liberalização política” no cenário guineense, tendo em conta os problemas de ordenamento político e institucional que ainda eram persistentes ou não resolvidos, de acordo com (SILVA, 2010, p.6).

Em outubro de 1990, foi aprovada uma resolução a favor da transição política, na terceira reunião do Comitê Central do PAIGC, num clima de muita tensão, e que foi ratificada no segundo Congresso Extraordinário do partido, em janeiro de 1991. O processo consistiu na aprovação, entre os anos 1991 e 1995, de quatro leis de revisão constitucional. A lei constitucional nº1/91 de 9 de maio alterou doze artigos “Dos princípios fundamentais” e oito artigos que dizem respeito aos “Direitos”, instituindo o multipartidarismo, adaptado aos princípios de democracia representativa, o Estado de direito e a economia do mercado, pondo fim aos longos anos de partido único.

A segunda revisão constitucional aprovada pela lei nº2/91 de 4 de dezembro, instituiu o cargo de Primeiro-ministro apesar de possuir poderes insignificantes e sujeito a nomeação e demissão a qualquer momento pelo Presidente da República. Em agosto de 1992 foi feito um acordo entre PAIGC e os partidos legalizados e criada

a Comissão Multipartidária de Transição (CMT), que se concretizou com a terceira revisão constitucional – nº1/93 de 26 de fevereiro, caracterizada por profundas alterações na Constituição, principalmente, no tocante aos direitos fundamentais e organização do poder político, transformando assim, de maneira incisiva, o sistema de governo, que passou a ser semipresidencial, e o regime político que deixou de se projetar nos moldes soviético ou cubano, (SILVA, 2010).

Conforme Silva, a transição constitucional iniciada em 1991, teve seu fim com a mudança no único ponto da Constituição que permanecia inalterada, a saber, sobre “Poder Local”, através da Lei constitucional nº1/95, em que foi criado o estatuto das autarquias locais. Ou seja, a existência de governos locais, tais como: administradores dos sectores e governadores regionais, fazendo com que houvesse, teoricamente, menos concentração de poderes administrativos nas mãos do governo central. Com isso terminou a transição política na Guiné-Bissau.

3.3 Sistema eleitoral da Guiné-Bissau

Sabe-se que, a Guiné-Bissau é um país localizado geograficamente na costa ocidental do continente africano, ex-colônia de Portugal e um dos 6 países do continente cuja língua oficial é português, um país permeado por grande diversidade sociocultural e regional. É uma República democrática, soberana, laica e unitária, possui uma organização política baseada no sistema semi-presidencialista, fundada na democracia representativa, sufrágio universal cujo sistema eleitoral é de tipo proporcional.

Os princípios gerais do sistema eleitoral guineense são estabelecidos pelo artigo 60º da Constituição (1996) e a Legislação Eleitoral Nº12/2013 que determinam a realização das eleições e anúncio dos resultados do processo eleitoral na Guiné-Bissau sendo esta tarefa da responsabilidade exclusiva da CNE - comissão nacional das eleições.

Enfatiza-se que a CNE é um órgão independente e permanente que funciona junto da Assembleia Nacional Popular e tem por função a superintendência, organização e gestão do processo eleitoral e referendário. Possui seu corpo

administrativo liderado por um presidente, secretário executivo e os secretários executivos adjuntos. Existem também comissões regionais de eleição filiadas à CNE. De modo geral, a CNE seria equivalente ao TSE⁶ – tribunal superior eleitoral do Brasil.

Sublinhamos que a Guiné-Bissau adota o sistema de governo semi-presidencial desde a constituição de 1991. O processo eleitoral é caracterizado por: sufrágio universal, com direito de voto a todos os cidadãos maiores de 18 anos. Para candidatar-se ao cargo de Presidente da República exige-se que o cidadão tenha no mínimo 35 anos de idade. A eleição para o Presidente da República (com mandato de 5 anos, podendo ser reeleito para um segundo mandato) é feita através de voto direto dos eleitores recenseados e por maioria absoluta dos votos validamente expressos (50% mais um voto). A Constituição determina que se aplique o sistema majoritário com possibilidade de haver segunda volta.

Para escolha dos deputados (eleições legislativas), é importante esclarecer que o território nacional está dividido em 29 círculos eleitorais (colégios eleitorais), dos quais 27 no território nacional e 2 no exterior. A legislação eleitoral aponta que podem ser eleitos deputados à Assembleia Nacional Popular os cidadãos guineenses maiores de 21 anos em pleno gozo dos seus direitos civis e políticos⁷.

A mesma Legislação estabelece ainda que os deputados da Assembleia Nacional Popular são eleitos por listas plurinominais de partidos ou coligação de partidos apresentada por cada colégio eleitoral (círculo eleitoral), dispondo o eleitor de um voto singular para cada lista. A conversão dos votos em mandatos é baseada em regras do método de representação proporcional de Hondt⁸ (Art.120º). Espera-se

⁶ Para mais informações acesse: <https://www.tse.jus.br/>

⁷ Vide (Art.118º) da Constituição da república de 1996

⁸ Em cada colégio eleitoral, apura-se em separado o número de votos recebidos por cada lista; b) O número de votos apurados por cada lista será dividido, sucessivamente, por um, dois, três etc. e alinhados os quocientes pela ordem decrescente da sua grandeza, numa série de tantos termos quantos os mandatos atribuídos ao colégio eleitoral respectivo; c) Os mandatos pertencerão as listas a que correspondem os termos da série estabelecida pela regra anterior, recebendo cada uma das listas tanto mandatos, quantos são os seus termos na série; d) No caso de restar mandato para distribuir e de termos seguintes da série serem iguais e de lista diferentes, o mandato caberá a lista que tiver obtido menor número de votos.

que se garanta a igualdade de tratamento a todos cidadãos eleitores e candidatos. Esclarece-se que quanto ao contencioso eleitoral, isto é, o julgamento da regularidade e da validade dos atos de processo eleitoral, são da competência do Supremo Tribunal de Justiça, instância onde são depositadas as candidaturas.

A estrutura do Estado é basicamente formada por Presidente da República, uma Assembleia Nacional Popular (ANP) e um Governo liderado por um Primeiro-Ministro que normalmente advém do partido vencedor das eleições legislativas. Ressaltamos que a Guiné-Bissau viveu por muitas décadas sob modelo de partido único, regime comandado pelo partido africano para independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), partido-Estado conforme o definia a Constituição de Boe, datada de 1973.

Porém, devido à pressão internacional no que tange a implementação de regimes democráticos no continente, haja vista as exigências do Programa de Reajustamento Estrutural, o Estado bissau-guineense foi pressionado a implementar o pluripartidarismo, isto é, PAIGC deixaria de ser o único partido conforme previu a revisão constitucional de 1991 (SILVA, 2010).

No entanto, o marco da abertura democrática foi a realização das primeiras eleições pluripartidárias em 1994. A partir daí até a presente data o país vem lidando com instabilidades políticas, a mais grave foi a que resultou na Guerra Civil de 1998-1999. Desde então o Estado bissau-guineense tem demonstrado enorme dificuldade em conviver com o regime democrático, visto que, de 1994 até data presente somente um presidente da república conseguiu terminar seu mandato (José Mário Vaz, de 2014 a 2019) sem que houvesse golpe de Estado.

Considerando estes acontecimentos que marcaram a jovem democracia guineense até à atualidade, esta dissertação se dedica a estudar a transição para democracia na Guiné-Bissau e o comportamento dos eleitores guineenses. Para isso, descreve-se o panorama geral da democracia guineense analisando os momentos eleitorais em particular, com foco nas eleições presidenciais de 2019, tendo em conta a especificidade conjuntural desta eleição e a disponibilidade de dados do resultado eleitoral por região (a nível nacional) e da diáspora.

3.4 Das primeiras eleições democráticas

Perante a incessante pressão internacional e crise econômica no país, o PAIGC acabou adotando as medidas impostas pelo FMI e Banco Mundial, entre elas: livre mercado, existência de mais partidos políticos, liberdade de expressão etc. Em outras palavras, o país se tornou uma democracia (com todos seus problemas) e em 1994 foram realizadas as primeiras eleições, (CARDOSO, 1995).

Enfatiza-se que depois desta eleição alguns avanços foram notados, visto que antes o poder político, a estrutura do Estado e a formação dos governos só se fazia no seio dos grupos militares, principalmente aqueles oriundos das guerrilhas ou líderes das frentes de luta nacional espalhada por três províncias do país: Norte, Leste e Sul. Ou seja, a formação do governo, a distribuição dos cargos para gestão do bem comum não era feita por meio de eleição ou indicação com base na competência técnica, mas sim, eram divididos entre os militares, os participantes da luta de libertação nacional que militarizam o aparelho estatal.

Vale ressaltar que esse fenômeno não era exclusivo do contexto guineense, em muitos países da África subsaariana os governos que sucederam a era das independências foram predominantemente dirigidos pelos militares, os principais protagonistas das lutas de libertação nas linhas de frente, uma prática vista comumente como auto-recompensa pelos seus sacrifícios durante a época de guerra contra o domínio colonial, argumento recorrente de muitos antigos combatentes guineenses.

Assim, de acordo com Djau (2016), com a eleição de 1994 viu-se uma grande mudança no que tange à preponderância dos militares no campo político, isto é, no exercício dos cargos no governo. Se antes da eleição, 90% dos cargos eram ocupados pelos militares, após eleição de 1994, os militares passaram a ocupar apenas 30% dos cargos. Contudo, enfatiza que os cargos-chaves eram ainda ocupados pelos militares filiados ao PAIGC e da etnia Pepel.

Deste modo, a consolidação do processo democrático atingiu seu ápice com realização das primeiras eleições multipartidárias (legislativas e presidenciais) em 1994, que foram vencidas pelo PAIGC no segundo turno, atingindo maioria no

parlamento, sendo o Partido da Renovação Social (PRS), o segundo mais votado.

Este evento é também intitulado como a Última fase de abertura: “eleições (1994), fase dos riscos institucionais da transição política” que foi marcada por incertezas sobre financiamento de eleições, papel crescente da comunidade internacional, fragmentação da oposição e as surpresas das eleições. Segundo Koudawo, com vitória de PAIGC; “[...] saímos do sistema do partido único para entrar no sistema de único partido [...]” (KOUDAWO, 2001, p.140)

Vale ressaltar que esta eleição foi considerada manipulada, pelos cidadãos e políticos de oposição, criando-se com isso forte desilusão face à democracia nascente. Cardoso (1995) observa que os partidos políticos da oposição, no que tange ao processo de democratização e aquando da realização das primeiras eleições, se apresentaram muito fragilizados e fragmentados, talvez por serem recém-criados e inexperientes. Como enfatiza o autor, até nas vésperas das eleições “[...] os doze partidos da oposição viam-se mais como rivais políticos do que organizações políticas cujo objetivo fundamental na altura era destronar o PAIGC e instaurar a democracia pluripartidária”. (CARDOSO, 1995, p. 274).

Deste modo, o autor destaca que, as condições para disputar o poder com PAIGC eram assim dificultadas pelos próprios membros da oposição que, por um lado não só não foram capazes de apresentar e defender um projeto alternativo ao partido no poder, por outro lado, se deram ao luxo de brigar entre si. Como consequência disso, a oposição não conseguiu eleger mais do que 38 delegados dentre os 100 lugares disponíveis no novo parlamento.

Com a eleição de 1994, verificou-se certa ampliação dos direitos políticos e liberdades aos civis. Estes passaram a ter espaço no cenário político, ocupando cargos que antes se limitavam aos militares, fatores que foram fundamentais para o processo democrático nacional. Segundo Hartmann (2009), esse contexto levou a reformas no seio das Forças armadas – redefinição do estatuto e normas militares, proporcionando uma reestruturação das instituições de segurança nacional, treinamento e escolarização dos militares.

Sustenta-se que as questões de cunho étnico também estiveram presente no

cenário político, influenciando conflitos internos caracterizados por favorecimento de uns e exclusão de outros. No caso dos Balantas, sendo grupo étnico majoritário no seio das forças armadas, foram privados de cargos relevantes nesta instituição bem como dos assuntos importantes do Estado, o grupo de militares da etnia Balanta foi acusado de terem tentado golpe de estado em 1985, (DJAU, 2016).

O autor salienta também que, durante o período do mandato do presidente João Bernardo Vieira pertencente à etnia Pepel, os membros deste grupo étnico ocupavam cargos mais importantes na política guineense (presidência, chefe de governo) e outros cargos importantes na área militar. Ou seja, estamos perante um fenômeno social comumente vivido na sociedade guineense que é a prática de nepotismo e clientelismo no aparelho estatal. Vale lembrar que, socialmente na Guiné-Bissau entende-se por parente indivíduos do mesmo grupo étnico e não só em termos sanguíneos.

Quatro anos depois das primeiras eleições gerais, em 1998 o país se viu num grave retrocesso democrático, devido às tensões no seio das forças armadas, que fez eclodir o conflito político militar que durou quase um ano (de junho de 1998 a maio de 1999). Conflito conhecido como 7 de junho, de acordo com Pereira (2016). O conflito começou com o grupo rebelde autodenominado Junta Militar que dizia ter como objetivo a reposição da ordem constitucional, em oposição às práticas inconstitucionais do então presidente João Bernardo Vieira. O movimento conseguiu derrubar o presidente. Conforme Pereira:

Para a Junta Militar, o então Presidente da República tinha atuado à margem da constituição e das leis, logo, era ilegítimo. O povo, a sociedade civil, todos os partidos políticos (incluindo o próprio PAIGC) e as demais instituições nacionais contestavam-no. Era responsável pela situação calamitosa a que tinha chegado à Guiné-Bissau. Não podia, por isso, continuar no poder e cabia ao povo, de armas na mão, depô-lo. (SILVA, 2012, p.12 *apud* PEREIRA, 2016, p.97).

O autor frisou que o grupo Junta Militar era formado grandemente por antigos dirigentes militares e políticos do PAIGC, que se sentiam inconformados com a situação, pelo fato de serem afastados do poder, e por uma parcela da população descontente com a crise política, econômica e a ingovernabilidade do presidente.

No entanto, o movimento não conseguiu apresentar uma alternativa política de governabilidade e quando tomou o poder, continuou com a mesma prática ou pior que o então governo derrubado, preconizando seus interesses particulares e não da população. Em outras palavras, continuaram o projeto cleptocrático de perpetuação no poder ora iniciado, arruinando a economia e degradando a sociedade com práticas criminosas e imorais de corrupção.

Vale lembrar que, antes de conflito se alastrar, houve várias tentativas de negociações e acordos como, por exemplo, o conhecido Acordo de Abuja, feito na Nigéria em novembro de 1998, que visava acabar com conflito, por meio da instalação de um governo de transição, que integraria as partes em conflito, através da criação de um governo de consenso nacional, acordo este que não se sustentou, porque o grupo Junta Militar o violou, assaltou a presidência da república, resultando em rendição e fuga do então presidente Vieira, (FERNANDES, 2015).

Augel considera que dentre os antecedentes do conflito de 7 de junho 1998 está também conflitos territoriais, herdados do período da colonização:

[...] Como resultado da imposição artificial das fronteiras e da troca de certos territórios entre a França e Portugal, no já referido acordo de 1886, uma pequena região se tornou causa de instabilidade e guerra local, sobretudo durante as últimas décadas. Trata-se da região de Casamansa, uma estreita faixa de terra ao Sul de Senegal, na fronteira com Guiné-Bissau, de antiga colonização portuguesa, onde atua há muitos anos um movimento independentista. (AUGEL, 2007, p.66).

Deste modo, a questão territorial advinda do antigo acordo entre os ex-colonos coloca em choque as duas nações vizinhas. De acordo com a autora, há mais de uma década que militares guineenses vinham fornecendo armas aos rebeldes da região de Casamansa, resultando assim em grande descontentamento das autoridades senegalesas de Dakar e do ex-colonizador, a França, visto que este grupo rebelde constitui grande ameaça para o Estado senegalês.

A autora reconhece dois fatores adjacentes que ocasionaram o conflito: adesão da Guiné-Bissau ao bloco econômico regional: união econômica monetária da África ocidental -UEMOA, em maio de 1997, condicionado pela França e Senegal, não pelo ex-colonizador português. De acordo com Silva (2010), isso foi possível devido à

supressão dos artigos referentes ao sistema monetário e o papel do Banco Central, permitindo, assim, a integração da Guiné-Bissau na área da UEMOA e a adesão do franco da comunidade financeira africana (FCFA). Este fato criou controvérsias e agitação social na classe política guineense.

Nesta conjuntura, o fator determinante para o ápice da crise foi quando o então presidente João Bernardo Vieira acusou o chefe das Forças Armadas, general Ansumane Mané, de estar implicado no tráfico das armas em Casamansa e decidiu afastá-lo do cargo, e na tentativa de prender o general, eclodiu o conflito supracitado. (AUGEL, 2007).

Suma (2022) sustenta que as recorrentes instabilidades políticas e governativas na Guiné-Bissau, principalmente o conflito político militar de 1998, se deveu muito mais a falta de prática de *powersharing*, isto é, compartilhamento de poder entre diferentes atores políticos num contexto de muita diversidade sociocultural e tensões étnicas e políticas.

De acordo com Koudawo (2001), a Segunda Transição se deu após Guerra de 7 de junho que foi causada por seguintes razões: a forma como PAIGC tomou independência, questão mal resolvida da desmobilização dos antigos combatentes da guerra de libertação, desigualdade crescente entre uma categoria de antigos combatentes privilegiados próximos dos círculos do poder político e a vasta maioria abandonados às suas próprias sorte e incompleta despartidarização das forças armadas que era braço armado do PAIGC.

Augel (2007) ressalta que o período pós-guerra caracterizado pela vitória do grupo nacionalista liderado pelo general demitido e o exílio do presidente João Bernardo Vieira apoiado pelas forças senegaleses e de Guiné-Conacri, fez renascer o espírito nacional da população em prol da unidade, deixando de lado as clivagens étnicas. Augel denominou esse episódio como um momento de nacionalismo sem Estado. Nesta mesma perspectiva, Koudawo (2001) demonstra que a própria mudança da nomenclatura do grupo Junta Militar para Consolidação da democracia paz e justiça, depois para Junta Militar do Povo e finalmente para Junta do povo, deu ao movimento militar um conteúdo popular.

Como já mencionado, questões étnicas, e constantes revoltas ou intervenção da classe castrense nos assuntos políticos condicionam o complicado processo de transição política e democrática no país. Conforme argumenta Pereira:

A transição política na Guiné-Bissau poderia trazer mais vantagens e resultados se a classe política tivesse debatido de forma coerente as questões mais pertinentes vinculadas ao funcionamento das instituições do Estado e aos principais problemas que afetam os cidadãos Bissau-guineenses, visto que, com a adesão do país à democracia e ao multipartidarismo, a gestão das instituições do Estado passaria a seguir um modelo de administração mais moderna e integrada no âmbito da globalização. (CANDE, 2013, p.247 *apud* PEREIRA 2016, p.90).

Por outro lado, segundo Pereira (2016, p.102), o período subsequente ao conflito político-militar na Guiné-Bissau foi marcado por “várias tentativas de intervenções das Forças Armadas na política nacional alegando cumprimento da Constituição da República no que diz respeito ao estabelecimento da ordem democrática”. Essas intervenções sempre impactaram negativamente o processo de estabilidade democrática no Estado guineense, cerceando a liberdade de expressão dos indivíduos e debilitando outros elementos indispensáveis para existência plena e prática da democracia.

Por conseguinte, a Segunda transição se iniciou com realização das segundas eleições pluralistas entre novembro 1999 e janeiro de 2000, com a vitória de PRS marca alternância no poder após 25 anos de hegemonia do PAIGC, (KOUAWO, 2001).

Conforme Augel (2007), após este período conturbado realizou-se novas eleições em novembro de 1999, disputada por treze partidos, tendo o Partido da Renovação Social (PRS) sido vitorioso e Kumba Yalá eleito presidente da República. O governo de Yalá foi marcado por muitas promoções e atribuição dos cargos às chefias militares por afinidade política e sobretudo étnica, com proeminência de pessoas do grupo étnico Balanta, sendo a maioria de sempre na classe castrense guineense. Por isso, o regime político de Yalá passou a ser qualificado por “balantização” do poder e comparado a uma administração de tabanca” (TEIXEIRA, 2008, p.29). Todavia, em novembro de 2003, Yalá foi deposto por um golpe de Estado perpetuado pelo grupo de militares insatisfeitos com tais promoções nas forças

armadas.

Fernandes (2015) demonstra que houve constantes assassinatos nesse período, entre eles o do antigo general Ansumane Mané em 2000, e do General Veríssimo Correia Seabra, de grupo étnico Pepel em 2004, ambos mortos pelos soldados que chegavam da missão de paz da Comunidade Econômica dos Estados da África ocidental (CEDEAO) na Libéria, ato qualificado como um ajuste de contas nas forças armadas pela deposição de presidente Yalá de grupo Balanta em 2003 (FERNANDES, 2015).

Após o período de transição, em junho 2005 novas eleições foram realizadas, com retorno do presidente João Bernardo Vieira que se encontrava exilado em Portugal desde conflito de 1998, concorrendo sem partido (candidato independente), que acabou vencendo as eleições presidenciais no segundo turno, contra o candidato Malam Bacai Sanhá, apoiado pelo PAIGC, antigo partido do Vieira. Em novembro de 2008, aconteceram novas eleições legislativas, vencidas por Carlos Gomes Júnior através do seu partido PAIGC, Carlos tornou-se chefe de governo, ou seja, primeiro-ministro e o seu partido gozava de mais de dois terços de votos, constituindo uma maioria qualificada na assembleia, eleições essas qualificadas pelas organizações internacionais como livres e transparentes, (FERNANDES, 2015).

O clima político continuou ainda perturbado e cheio de incertezas, até que em 2 de abril de 2009 aconteceu golpe de Estado em que o presidente João Bernardo Vieira foi morto, horas depois do assassinato do então general das Forças Armadas Tagme Nawai, por grupo de militares que tinham ressentimento e ódio do então presidente, por causa dos eventos do passado, e que para eliminá-lo tinham que eliminar antes o general que o protegia. Meses depois novas eleições foram realizadas e deram vitória ao Malam Bacai Sanhá que acabou falecendo durante mandato dois anos depois, vítima de doença prolongada.

Em 2012 foram feitas novamente eleições cujo resultados do primeiro turno colocavam Carlos Gomes Júnior em vantagem. Sem possibilidade de realizar o segundo turno devido a intervenção dos militares que interromperam o processo eleitoral, Carlos Gomes Júnior foi exilado. O período de transição política continua

graças às forças de manutenção de segurança da CEDEAO. Finalmente, em março de 2014, realizou-se eleição, da qual foi escolhido o novo presidente, José Mário Vaz, apoiado pelo PAIGC, que se consagrou primeiro presidente da república após abertura democrática em 1994, a terminar seu mandato em 2019, isto é, sem que houvesse golpe de Estado como tem sido frequente na história do país.

Sendo assim, Teixeira (2008, p.10) constatou que o multipartidarismo falhou às expectativas dos sucessivos governos civis "[...] quer na institucionalização de instituições democráticas e resolução de conflitos sociais permeados por disputas étnicas, quer na reestruturação da economia nacional e, sobretudo, na diminuição da pobreza". O país vem encarando, ao longo da sua história social e política, diversos sobressaltos que se consubstanciam em contendias étnicas e contínuos golpes de Estado.

Isto posto, Nobrega (2008) concluiu que o processo de transição democrática na África não passa de uma falsa adesão das elites africanas da época à conjuntura internacional que vigorava, do que uma clara e convicta adesão a aquele modelo político.

Em resumo, a democracia guineense demonstra estar longe de se consolidar, haja vista os acontecimentos que têm impossibilitado a sua consolidação e, conseqüentemente, enfraquecem as instituições do Estado e, principalmente o judiciário que deveria ser guardião da democracia. O país ainda tem o problema de se afirmar como um Estado estável em que os órgãos da soberania convivam de maneira independente e harmônica, fato que repercute nas recorrentes instabilidades políticas e governativas, vide os golpes de Estado e assassinatos dos políticos.

Assim sendo, convém afirmar que a democracia bissau-guineense se encontra ainda numa fase embrionária, só se vive no momento das eleições (ato de votar) e é desprovida de elementos convencionais básicas como eleições regulares e livres, liberdade de opinião e o bom funcionamento harmônico e interdependente das instituições. Uma democracia em que os custos de perder uma eleição são grandes e colocam em risco a sobrevivência dos partidos políticos.

Mbunde (2017) sustenta que, a crise democrática na Guiné-Bissau também

está ligada ao comportamento dos partidos políticos, tendo em conta a um sistema partidário não consolidado, inexistência de incentivo e financiamento público aos partidos, adesão dos mesmos aos governos de qualquer jeito, fato este considerado no sistema partidário guineense como condição necessária para continuidade política dos partidos.

De lembrar que Mainwaring e Scully (1995) já indicaram que, os partidos políticos e seus comportamentos podem impactar positiva, assim como negativamente uma democracia. “A democracia moderna é impensável exceto no que diz respeito aos partidos”, avisava Schattschneider (1942 *apud* Cox e McCubbins, 2005). No caso da democracia bissau-guineense, Mbunde (2017) responsabiliza o comportamento de partidos políticos com relação à crise ou a não consolidação plena da democracia. Entre estes comportamentos, destacam-se os recorrentes atos de destituição de governos em função de membros de um determinado partido que por motivos de interesse pessoal não apoiam mais a base do seu partido no governo, se juntam à oposição e daí faz-se a formação de novo governo.

Mbunde (2017) caracteriza os partidos políticos guineenses como sendo *catch all* do ponto de vista eleitoral, pragmáticos em suas articulações políticas, bem como vazios de conteúdos programáticos e ideologias, de modo que não dá para distingui-los a partir de critérios ideológicos e programáticos. Isto posto, tais partidos tendem a se desvirtuar ideológica e programaticamente a fim de garantirem sua existência.

Monteiro (2020) analisou a democracia guineense de 1994 a 2014, e constatou que, entre os pilares que sustentam uma democracia, na Guiné-Bissau apenas as eleições e a participação eleitoral estão exercendo o papel de manter a democracia viva na Guiné-Bissau devido à participação massiva dos eleitores guineenses nas eleições legislativas e presidenciais.

Por um lado, Cordeiro (2009) considera que as práticas de militarismo⁹ e da

⁹A segurança pública da Guiné-Bissau está completamente militarizada. A militarização da segurança pública significa quando estamos perante um aparato militar atuando em função da segurança interna, substituindo a função da polícia civil. Os militares podem ser construtores e protetores da nação, mas não garantes da segurança pública, muito menos da reposição da ordem democrática e constitucional de um país que queira consolidar a sua democracia. Caso contrário, essa militarização tenderá a

impunidade constituem fatores principais que ainda impossibilitam o desenvolvimento e a consolidação da democracia no país. Segundo este autor:

Grosso modo, o que evidencia o militarismo na Guiné-Bissau é que as Forças Armadas usufruem das altas prerrogativas no que se refere à manutenção da ordem democrática, à segurança interna, à garantia constitucional, às decisões políticas, às dotações orçamentárias, às promoções dos patentes, às seguranças da presidência e dos Ministérios, às nomeações do presidente e ministros oriundos dos conflitos políticos e armados, entre outras prerrogativas, ou seja, é a própria militarização da segurança pública que justifica o militarismo na Guiné-Bissau. (CORDEIRO, 2009, p.5).

Em outras palavras, a segurança pública na Guiné-Bissau está completamente militarizada, fato que faz com que os militares perturbam corriqueiramente a estabilidade democrática e governativa, visto que os mesmos intervêm e interrompem a ordem democrática por meio de golpes de estado e assassinatos sempre que quiserem e sob as mesmas justificativas de garantir segurança interna no país sob interpretação enviesada dos artigos 20 e 21 da Constituição da República¹⁰.

Com base nas premissas da Escola Neo-Institucionalista, Cordeiro (2009) reforça que as Instituições coercitivas guineenses estimulam os atores políticos e militares a não colaborarem no que tange à ordem democrática e constitucional, visto que a inércia destas instituições tem como consequência: as impunidades.

Em linhas gerais, desde a abertura democrática ocorreram várias interrupções de legislaturas em função da demissão de governos pelo presidente que possui este

colocar em xeque a estabilidade política, e, é provável que as Forças Armadas venham derrubando os governos civis eleitos pelo povo em nome da própria segurança pública e da ordem social, como frequentemente acontece no país. CORDEIRO, 2009, p.5).

¹⁰ ARTIGO 20º 1 - As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial de defesa da Nação. Incumbe-lhes defender a independência, a soberania e a integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços nacionais e específicos na garantia e manutenção da segurança interna e da ordem pública. 2 - É dever cívico e de honra dos membros das FARP participar ativamente nas tarefas da reconstrução nacional. 3 - As FARP obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei. 4 - As FARP são apartidárias e os seus elementos, no ativo, não podem exercer qualquer atividade política. ARTIGO 21º 1 - As forças de segurança têm por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos e são apartidárias, não podendo os seus elementos, no ativo, exercer qualquer atividade política. 2 - As medidas de polícia são só as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário.

poder, num regime semipresidencial muito atípico em que a própria Constituição da República dá ao presidente o poder de demitir o governo, com aval de parlamento ou simplesmente alegando grave crise política e governativa ou falta de coabitação com líder do governo e também pode dissolver parlamento como consta nos artigos 68 e 69 da Constituição de 1996.

A própria Constituição não deixa claro em que circunstância a crise pode ser considerada grave, visto que temos experimentado casos em que o presidente derruba governo sem que houvesse real crise, vide o caso notável de governo liderado por Domingos Simões Pereira em 2014, derrubado por um decreto do então presidente José Mário Vaz.

Portanto, por razões ora mencionadas, nenhum governo democraticamente formado conseguiu terminar o seu mandato dentro do prazo estabelecido pela Constituição de 1996.

4 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE COMPORTAMENTO ELEITORAL

Nesta seção trazemos principais discussões teóricas que permeiam a temática de comportamento eleitoral com centralidade na literatura ocidental, nomeadamente a norte-americana, bem como a literatura brasileira sobre a mesma temática.

Dalton e Klingemann (2007), em “*The Oxford Handbook of Political Behavior*” fizeram uma boa abordagem e caracterização do campo de comportamento político na literatura de ciência política estadunidense em particular, e de modo geral a de *mainstream* político-democrático, em outras palavras, democracias ocidentais. No livro supracitado, os dois autores examinam e sintetizam bem, os debates sobre o comportamento político mais relevantes no universo da literatura sobre esta temática. Começando por demonstrar o cerne de comportamento político para cidadãos.

One of the central roles of citizens in democracies and other political systems is to make decisions about political matters. In democracies, this involves decisions about which parties or candidates to support in an election, as well as decisions about which issue positions to hold, how to participate in politics, and so forth. In other political systems, the choices are different, but the task of making a choice remains. In an authoritarian system, the choice might be between making an openly affirmative statement to a government declaration, remaining silent about it or subtly or even openly criticizing it. In any case, citizens make choices when political issues are brought to their attention, whether in an autocratic or democratic system”. (DALTON e KLINGEMANN (2007, p.22).

Sendo assim, os autores destacam que a expansão de coleta de dados da opinião pública é uma das principais conquistas no campo de comportamento político comparativo ao longo das últimas décadas, citando os trabalhos de Kittilson; Heath, Fisher e Smith (2005). Para temática de cultura cívica destacaram trabalho seminal de Amêndoa e Verba (1963), considerado um marco fundamental na pesquisa comparativa, na qual estudaram o público em cinco nações, utilizando uma perspectiva longitudinal e transnacional com escopo quase que global.

Os autores também destacaram o fato de a Comissão Europeia patrocinar as pesquisas do Eurobarômetro nos Estados membros da União Europeia. Um Novo Barômetro da Europa, Latinobarômetro, Afrobarômetro, Leste Asiático Barômetro e Asiabarometer que permitem realização de pesquisas e coletar opiniões dos cidadãos

numa escala global. Pois, constataram que nas últimas décadas a área de pesquisa supracitada está cheia de dados. (DALTON e KLINGEMANN, 2007)

Deste modo, subdividem o campo de comportamento político em principais áreas, em suas palavras: “We summarize the current debates in six áreas of political behavior: the sophistication of mass publics, modernization processes, political values, voting choice, political participation, and representation”. (DALTON e KLINGEMANN, 2007, p.16).

Para o propósito deste trabalho, nosso foco será nas discussões sobre *Voting Choice*, isto é, escolha de voto, ou melhor, como votam os eleitores. Nesta senda, sublinham que as primeiras pesquisas eleitorais constataram que a grande maioria de eleitores parecia mal preparada e pouco informada, de modo que não estavam preparados para lidar com as complexidades da política. Assim sendo, tais eleitores utilizavam de atalhos como: sugestões de grupo ou lealdade partidária afetiva para facilitar suas tomadas de decisões políticas individuais.

Autores como Lazarsfeld, Berelson, McPhee 1954; Campbell et al. 1960; Lipset e Rokkan (1967) sustentam esta perspectiva que mais tarde foi desenvolvida sob prisma de modelo sociológico. Esta teoria destaca o papel das clivagens sociais no que diz respeito aos alinhamentos estáveis e decisões políticas duradouras dos eleitores. Lipset e Rokkan (1967) observam a ligação entre a clivagem de classe social e partido político, mas também advertem para a não linearidade desta constatação a depender de cada contexto político-eleitoral.

A partir da década de 1980, este modelo de explicação de votação baseada em clivagens sociais foi desafiado. Com isso, a questão central passou a ser explicar como se dá a mudança eleitoral, os trabalhos de Dalton, Flanagan e Beck (1984) debruçam sobre isso e alertam que as reduções nas divisões de classe e religião foram importantes indicadores iniciais de que a política eleitoral estava mudando. Daí que o trabalho incansável de Franklin *et al* (1992) constatou que um conjunto de características sociais tais como: classe social, educação, renda, religiosidade, região, e gênero tiveram impacto menor (comparada aos períodos anteriores) nas preferências partidárias em democracias ocidentais. Deste modo:

Franklin concluded with the new conventional wisdom of comparative electoral research: "One thing that has by now become quite apparent is that almost all of the countries we have studied show a decline in the ability of social cleavages to structure individual voting choice. (FRANKLIN *et al.* 1992: 385 *apud* DALTON e KLINGEMANN, 2007, p.23).

Nieuwbeerta (1995) também encontrou, de maneira geral, grande desgaste de votação em consonância com a classe analisando vinte democracias. Concluiu-se que uma das principais constatações da última geração de pesquisas eleitorais é a de que: posição social não determina mais posições políticas, contrário a épocas anteriores quando a identificação social por grupo era mais enraizada, constatações feitas por autores como Knutsen, e Esmer & Pettersson e Evans 1999; Heath, Jowell, and Curtice (2001 *apud* DALTON e KLINGEMANN, 2007).

Outro dado importante é que em muitas democracias ocidentais, a diminuição da influência das clivagens grupais na escolha eleitoral tem a ver com enfraquecimento concomitante do vínculo afetivo partidário destacado por Dalton e Wattenberg (2000), com base em dados de pesquisa de longo prazo. Outra consequência disso também foi a diminuição na votação por linha partidária e um aumento na volatilidade partidária, de acordo com constatações de (THOMASSEN, 2005).

O declínio das predisposições de eleitores numa perspectiva de longo prazo com base na posição social ou partidarismo apresentou grandes mudanças, enfatizando, desse modo, mais uso de paradigma metodológico que analisa fatores de curto prazo entre eles: imagem do candidato e opinião pública, como demonstrado nos trabalhos de Lewis-Beck e Stegmaier, e Deegan Krause citados por Dalton e Klingemann (2007). Desta forma, destacou-se um novo paradigma na pesquisa de comportamento eleitoral, cujo foco é no candidato, vide os trabalhos de McAllister, Wattenberg 1991; Aarts, Blais e Schmitt (2005). Fato que tem a ver também com a crescente personalização das campanhas políticas nas democracias ocidentais, virando uma tarefa eleitoral padrão através de entrevistas personalizadas, passeios e debates televisivos com candidatos, (DALTON e KLINGEMANN, 2007).

De modo geral, conforme Dalton e Klingemann (2007), os estudos eleitorais

comparativos conseguiram grandes avanços no que diz respeito a tentar entender e explicar o comportamento político dos eleitores no tocante ao voto, porém, salientam que isso não resolveu de forma alguma as controvérsias entre as diferentes e principais correntes deste debate como veremos em seguida.

4.1 Os principais modelos/correntes de explicação do comportamento do eleitor

As investigações científicas no campo de comportamento eleitoral são classicamente marcadas por três grandes correntes, ou melhor, escolas de investigação caracterizadas por diferentes modelos e teorias analíticas a saber: modelo sociológico oriundo da Escola de Columbia, que ficou imensamente conhecida com a publicação da obra *The People's Choice* da autoria de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944), que focam suas investigações em identificar e decifrar como fatores sociais influenciam o comportamento dos eleitores e conforme a conclusão destes autores, os eleitores apresentam uma certa semelhança política por serem da mesma classe social, religião e residem na mesma região fato que lhes condicionam a votar em consonância com seu grupo social (ANTUNES, 2008).

Dito de outra maneira, os eleitores avaliam politicamente, como são socialmente, isto é, quais clivagens sociais os permeiam. Em linhas gerais, esta corrente busca entender a maneira como processos socioeconômicos e culturais interferem na conduta política dos eleitores. (LAZARSELD, BERELSON e GAUDET, 1944).

Outro modelo oriundo da Escola de Michigan, conhecido como modelo psicossocial, cuja obra de referência é a *The American Voter* (1960), obra conjunto de Campbell, Converse, Miller e Stokes, que marca as pesquisas do tipo *survey*.

Este modelo considera a identificação partidária como seu conceito central para explicar o comportamento dos eleitores. Este conceito sublinha que o eleitor se sente alinhado com um determinado partido político por considerar que este representa os valores morais, sociais e políticos que ele acredita, e a partir daí cria-se uma relação efetiva com o mesmo e, por conseguinte, este eleitor tende a votar neste partido ou candidato.

O último modelo é a de voto econômico, ou como geralmente conhecido a da escolha racional ou ainda Escola de Rochester que tem como obra fundadora: *An Economic Theory of Democracy*, da autoria de Anthony Downs (1957). Para explicar o comportamento dos eleitores baseou-se em alguns elementos como: racionalidade, escolha, incerteza e informação.

A perspectiva de apreciação racional enfatiza que a avaliação de custo-benefício por parte dos eleitores influencia, senão, determina seus votos. Ou seja, como votar e em que partido político ou candidato. Esta corrente tem como premissa principal a busca por parte dos eleitores, de um aumento dos resultados que o ato de votar em um partido pode proporcionar, do qual os meios usados visam uma certa finalidade, princípio de maximização de utilidade da ação. (DOWNS, 1957).

Considera-se que os eleitores dispõem da competência para classificar suas preferências baseadas nos benefícios esperados de cada uma das suas decisões, haja vista as circunstâncias que lhes aparecem, bem como de propor ação mais acertada para alcançar seus objetivos. Conforme o autor supracitado, a ação de votar é resultante de uma avaliação fundamentada na lógica custo-benefício de seu ato. Por conseguinte, salienta que ao atuar de modo racional, o eleitor busca diminuir os custos de sua participação e maximizar suas vantagens pessoais (DOWNS, 1957).

Antunes (2008) afirma que a teoria de escolha racional considera que ideologia ou identificação partidária e os discursos dos políticos são menos importantes para eleitores que consideram, para suas decisões, primordialmente, ações concretas dos governos ou partidos. Radmann (2001) reforça que esta perspectiva economicista consiste em o eleitor suportar o incumbente quando a economia vai bem e votar na oposição quando a economia vai mal. O tal de *Homus Economicus*.

Conforme Figueiredo (2008, p.20), a tradição economicista acredita que “a participação política é função do estado de bem-estar dos indivíduos ou grupos [...]”. Portanto, a relação entre indivíduos e a política se dá por meio da economia. Nesta mesma perspectiva, em *Jogos ocultos*, Tsebelis (1998) analisa casos em que um ator político confrontado com muitas alternativas de escolha acaba escolhendo aquela que parece normativamente incorreto, ou melhor, não escolhe a alternativa que parece ser

melhor, isto é, escolhas aparentemente subótimas.

Nestas circunstâncias, Tsebelis afirma que os atores optam por um voto estratégico que conforme o pressuposto da racionalidade, visa promover a realização dos seus objetivos individuais considerando a maximização dos *payoffs*. O autor argumenta que os casos de escolhas subótimas se devem à discordância entre o ator (jogador) e observador. O que segundo ele, é explicado sob duas hipóteses: ou realmente o ator fez uma escolha subótima devido a erro ou a impossibilidade de escolher racionalmente, ou o observador está enganado (por não reconhecer o curso racional da ação) ou quando pensa que conjunto possíveis se limitam a uma única alternativa que parece certa.

Isto posto, constata-se que, em muitos casos em que se diz que um ator faz uma escolha subótima é porque o observador está focado no campo principal conforme a normatividade social e conjuntura de momento, enquanto que o ator está perante jogo em múltiplas arenas que envolvem fatores contextuais e *payoffs* variáveis, elementos que o observador, quem está de fora, não consegue enxergar e muitas vezes avalia as escolhas intrinsecamente baseada em sua cosmovisão e realidade social.

Tsebelis (1998, p.22) argumenta que: "se com a informação adequada a escolha de um ator parecer subótima é porque a perspectiva do observador está incompleta". Isso porque o observador centraliza sua atenção apenas em um jogo na arena principal, e o ator pode estar envolvido numa série de jogos em diferentes arenas aquilo que chamou de jogos ocultos.

Por exemplo, conforme Tsebelis, um eleitor é bem capaz de votar no candidato que menos tem afinidade por este de repente permitir-lhe algo valioso que o partido da sua preferência não consegue lhe dar, neste caso isso pode representar uma escolha subótima para quem está de fora só olhando na arena principal. Ou ainda no caso de um eleitor de esquerda votar em candidato de direita radical e vice-versa. Lembrando que o princípio individual egoísta sempre persegue os atores políticos de acordo com perspectiva racional.

Olson (1999) também tentou explicar como e o porquê os indivíduos se

articulam coletivamente visando a partir de atos estritamente individuais ou em grupo atingir objetivos coletivos, isto é, obtenção de alguma recompensa: trazer benefícios para uma certa coletividade que pode ser permeada por diversas pautas, agendas e clivagens sociais como ideologia, classe social, corporação, etc. O autor argumenta ainda que esta busca por algum tipo de recompensa ou benefício é que motiva os indivíduos a se unirem em grupos.

Em linhas gerais, para Olson (1999) só existem grupos lutando por alguma causa, porque os atores políticos e sociais nele envolvidos, acreditam que os benefícios desta ação coletiva serão maiores que os custos de engajamento (princípio de maximização da utilidade).

Vale salientar que a própria discussão sobre o que é racional é muito problemática. Autores como Adams (2020) na sua obra intitulada **Ganhar de Lavada**, questiona incisivamente muitos pressupostos da racionalidade. Adams afirma que somos programados a responder à emoção não à razão e que a razão é uma invenção humana para justificar as decisões.

Nesta ótica, Lavareda (2009) concluiu que as eleições estão muito fora do alcance de doutrinas e ideologias e que a compreensão de como votam os eleitores, tem a ver, necessariamente, com desempenho do candidato e fatores emocionais que afetam eleitores em cada contexto eleitoral em específico.

Na mesma linha de raciocínio, Oliveira, Costa e Gadelha (2016) sustentam que emoções podem servir de variável para explicar as escolhas dos eleitores. O argumento destes autores é o seguinte: os eleitores têm sentimentos para com candidatos e estes motivam suas escolhas. Enfatizam que os sentimentos dos indivíduos são variáveis que condicionam e orientam a tomada de decisão dos mesmos. Assim sendo, os sentimentos provocam (causa) e condicionam a ação dos indivíduos. Eles constataram isso a partir de uma série de pesquisas analisadas estatisticamente, em que observaram associação entre os sentimentos e a intenção de voto. Conforme estes autores:

Nesse sentido, como diversos estudos mostram, é verdadeira a premissa de que boas administrações contribuem para o sucesso eleitoral de candidatos, assim como são verdadeiras as seguintes premissas: 1) candidatos que

entusiasmam eleitores tendem a obter sucesso eleitoral; 2) candidatos à reeleição que despertam saudades em sufragistas tendem a vencer a disputa eleitoral; 3) competidores que provocam medo/temor entre os eleitores têm possibilidade de perder votos para candidatos da oposição ou ter limite para o crescimento eleitoral”. (OLIVEIRA, COSTA e GADELHA, 2016, p.210)

Uma outra linha de estudo de comportamento eleitoral é: modelo demográfico-descriptivo do comportamento político, os estudos de geografia eleitoral são também associados a esta última. “Os estudos da geografia eleitoral se acomodam sob o guarda-chuva dos modelos demográfico-descriptivos” (FIGUEIREDO, 2008, p. 15)

Trazemos alguns conceitos da geografia eleitoral que consideramos importantes, entre quais: o de “contexto social de vizinhança” de Aleksei Zolnerkevic (2018), que demonstra a forma como a aproximação e convivência social no mesmo espaço geográfico entre um determinado grupo ou eleitorado com um certo candidato torna os primeiros propensos a votarem neste último. O mesmo autor propõe a designação geográfica das eleições, na qual se faz mapeamento sistemático das eleições objetivando investigação dos padrões territoriais de votação por meio do qual torna explicável os condicionantes de ponto de vista territorial que geram os votos.

Outro elemento importante é a “geografia da representação política”, que vai atentar para fatores geográficos da representação política e da organização das eleições. Segundo Castro (2005, p.108), isso envolve o uso do processo de territorialização do espaço como estratégia político-eleitoral dos candidatos, preconizando estabelecer a conexão eleitoral entre candidatos e eleitores. Essa estratégia se dá através de monopólio social e político estabelecido em um determinado território por um candidato, e que, por conseguinte, acaba agregando a massa populacional a seu favor.

A partir deste conceito os candidatos tendem a elaborar seus planos de intervenção territorial tendo em vista uma análise racional, *a priori*, que leva em consideração custo-benefício de suas intervenções em diferentes lugares, priorizando, desta forma, zonas com potencialidade eleitoral em grande proporção.

Taylor e Johnston (1979) invocam a influência da geografia nas eleições, visando demonstrar o grau de alcance do contexto social, nomeadamente a autoridade do

território sobre o comportamento eleitoral, isto é, o contexto territorial e ou regional, que antes de mais nada, se encontra numa relação de influência recíproca com o sociocultural a partir da qual interfere nas decisões do sujeito.

Pereira (2014) apresenta uma concepção de território como espaço político, ou seja, arena na qual acontecem as disputas para posse e controle do mesmo numa perspectiva geopolítica que pode ser nacional e ou local. Com intuito de entender os efeitos do espaço sobre o comportamento eleitoral, o autor considera imprescindível o papel da cartografia no que tange a compreensão da distribuição territorial dos votos e das escolhas dos eleitores. Enfim, o uso interseccional destes conceitos nos proporciona uma compreensão apurada sobre a influência da geografia na conduta do eleitor.

Em suma, exploramos estas teorias para melhor desenvolvimento do nosso trabalho, sendo assim, situamos nossas hipóteses, principalmente, no modelo teórico sociológico, buscando com isso compreender e explicar o comportamento dos eleitores guineenses a partir de fatores de várias ordens atreladas às variáveis de natureza social, cultural, que daremos mais saliência. Por outro lado, levamos em conta também teorias que envolvem questões política, emocional, racional e regional.

4.2 Controvérsias e limitações dos modelos teóricos analíticos de comportamento eleitoral

Sabe-se que uma das controvérsias e problemáticas referentes aos estudos sobre comportamento eleitoral tem a ver com diferentes abordagens que visam decifrar os motivos pelos quais os cidadãos eleitores mudam suas opções de voto de uma eleição para outra, de um determinado partido para outro ou de um candidato para outro. (ANTUNES, 2008).

Figueiredo (2008) ressalta que essas correntes teóricas reconhecem, à partida, que os indivíduos têm crenças, desejos, vontades, paixões, ódios e ideologias. De modo que, a disputa teórica destas correntes é em relação à origem da decisão de voto. Figueiredo demonstra que o modelo psicológico e racional afirma que só é possível compreender o porquê das ações coletivas pela compreensão das razões

individuais que levam à ação. Uma lógica inferencial denominada por individualismo metodológico: que parte de indivíduo para coletividade. Em contraposição, o método sociológico usa a lógica inferencial do coletivismo metodológico.

No mesmo debate surgiram também teorias histórico-contextuais, que consideram que os acontecimentos eleitorais fazem parte da história social duma sociedade e como tal, só podem ser explicadas se compreendidos historicamente. Esta corrente parte da premissa de que o comportamento futuro dos indivíduos é produto de experiências sociais vividas objetivamente em contextos e situações específicas, não produto de sua história psicológica. O mesmo aponta que as teorias do dever cívico e do determinismo social em nada contribuem para a solução deste dilema. (FIGUEIREDO, 2008).

Antunes (2008) afirma que a escolha racional apresenta inconsistências no que tange à explicação do fato de uma importante maioria de eleitores terem um comportamento eleitoral estável. Sobre a escola sociológica, o autor constata que, esta abordagem se apresentou inconsistente em dar explicações plausíveis sobre o fato de existirem indivíduos nos mesmos grupos que não votam igual e seu fracasso ao longo do tempo.

A obra de Campbell introduziu uma perspectiva de análise que transcende pertença objetiva dos indivíduos e observa elementos como pertença subjetiva a partir da identidade partidária, verificando, portanto, interações entre fatores sociais, distais e variáveis proximais. Contudo, o modelo sociológico é limitado em explicar a variação de comportamento de eleitores tendo em conta fatores conjunturais de cada eleição em específico, (Antunes, 2008). Nesta perspectiva, Oliveira (2014) afirma que eleições são fenômenos sociais e por isso precisam ser interpretados longe de qualquer forma de raciocínio e conclusões deterministas, visto que análise de eventos eleitorais exige compreensão do contexto que por si varia a cada eleição, ou seja, cada contexto eleitoral é único.

Blais (2000) crítico da visão racional, afirma que os eleitores votam sem fazer cálculo de custo-benefício, porém concebendo o ato como dever cívico e que a teoria racional é superficial. Uhlaner (1989) também averigua que a teoria racional tem

dificuldade em explicar a participação individual nas ações coletivas.

Green e Shapiro em *Pathologies of rational choice theory* (1994) tecem críticas à falha metodológica de modelo racional, demonstram que este modelo comete erro grotesco ao supor que os eleitores são bem informados sobre seus interesses. Sustentam que eleitores decidem com base na confiança no candidato ou partido, não com base na informação. Na mesma perspectiva crítica, Oliveira (2012) considera simplista afirmar que eleitores simplesmente fazem escolhas racionais. Para neoinstitucionalismo, corrente teórica que este autor defende, a escolha racional é variante e contextual.

Em contraposição ao que abordagem psicossocial estima fundamentada no papel desempenhado por identificação partidária na explicação de preferência dos eleitores, é também contestado, visto que, em cada eleição constata-se que um número significativo de eleitores vota num partido diferente daquele ao qual se identifica. Desta maneira, o modelo psicossocial, que tem como cerne identificação partidária, é contrariado pelos seguintes motivos: sua inconsistência para com sistemas eleitorais não bipartidários, enfraquecimento da identificação de sujeitos com os partidos políticos. (ANTUNES, 2008).

Por fim, Oliveira (2012) advoga para pertinência de uso de neoinstitucionalismo no que tange a explicação da escolha dos eleitores. O autor parte da perspectiva de que, a escolha de eleitores se constrói numa trajetória, pelos próprios indivíduos eleitores. Trajetória esta que é considerada como junção das “[...] premissas advindas dos diversos institucionalismos (histórico, escolha racional e sociológico), [...] mostra que as preferências dos indivíduos, além das suas escolhas, constroem-se historicamente em razão das interações sociais e da influência das instituições”. (OLIVEIRA, 2012 p.203).

Este autor sustenta que a escolha do eleitor não é algo estático, porém, vai se modificando de acordo com contextos e estágios ao longo da trajetória. Ou seja, “o eleitor, portanto, toma sua decisão em razão de variáveis causais ou condicionais que constroem suas escolhas nas trajetórias” (OLIVEIRA, 2012, p. 204).

4.3 Literatura brasileira sobre comportamento eleitoral

Baquero (1997) afirma que a análise de comportamento eleitoral no Brasil foi dominada pelas escolas sociológicas (por meio de classe social, blocos religiosos, etnia e gênero) e psicológicas (atitudes e percepção política de cada indivíduo). Na mesma perspectiva, Radmann (2001) afirma que no Brasil, as escolas sociológicas e psicológicas mostraram-se mais relevantes na análise do comportamento do eleitor brasileiro. Oliveira, Costa e Gadelha (2016) lembram que estudos sobre os sentimentos dos eleitores são escassos na produção científica brasileira.

Nesta senda, Oliveira (2012) aponta a preponderância de trabalhos empíricos sobre comportamento eleitoral, no entanto, reivindica a valorização de trabalhos estritamente teóricos sobre o mesmo tema, principalmente na literatura brasileira.

Na obra de Borba e Cardoso (2019) sobre caracterização de campo da ciência política no Brasil, mormente a temática de comportamento eleitoral. Estes autores salientam que, a abertura política nas décadas de 70 e 80, expansão de pesquisas de opinião, criação de ABCP (associação brasileira de ciência política) em 1990 e criação de ESEB (estudo eleitoral brasileiro) em 2002 através do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) impulsionaram os avanços das pesquisas sobre esta temática.

Os autores destacam que estes eventos desempenharam um papel importante na disseminação de trabalhos científicos, assim como na consolidação da temática de cultura e comportamento político na ciência política brasileira através de encontros bianuais nos quais estimulou-se o debate, produção e divulgação de trabalhos deste gênero temático. Visto que sempre houve proeminência de trabalhos científicos centrados na temática de teoria e pensamento político. (Nicolau e Oliveira, 2017 apud Borba e Cardoso (2019). Com destaque para obras de autores como: Reis (1978), Lamounier e Cardoso (1975) e Lamounier (1980) e Moisés (1995) e Castro (1994). À vista disso, entre diferentes achados das pesquisas sobre comportamento dos eleitores brasileiro ao longo tempo, trazemos alguns de maneira sintetizada.

Começamos com a obra clássica de Victor Nunes Leal (1975), **Coronelismo e enxada**, que analisa o fenômeno do coronelismo e aspectos regionais da dinâmica do

voto com ênfase em como as relações locais influenciam a decisão dos eleitores e constatou um forte personalismo nas votações. A lógica do coronelismo funciona basicamente tendo a figura de coronel, proprietário de terras, que ditava voto de muitos eleitores sob coerção ou promessa de recompensa.

Na mesma ótica, Sérgio Buarque de Holanda (1995) analisou a forma como o personalismo político advém eminentemente duma relação de dominação entre colonizador e colonizado. Weffort (1980) também traz abordagens sobre populismo no Brasil marcadas por práticas análogas ao coronelismo, mesma lógica de personalismo. Oliveira (2011) afirma que o Lulismo fortalece o personalismo na dinâmica eleitoral, bem como influenciou o enfraquecimento das ideologias clássicas. Nesta mesma perspectiva, Singer (2009) afirma que o Lulismo constitui uma nova categoria ideológica que mistura e combina elementos de esquerda e direita.

Por outro lado, Reis (1978) verificou inconsistência ideológica no posicionamento dos eleitores brasileiros. Assim como Baquero 1985; Lavareda 1991; Baquero e Prá 1995 constataam que a maioria do eleitorado tem um baixo nível de estruturação ideológica. Lamounier (1978) em estudo sobre voto partidário, enfatizou o papel da identidade partidária. Silveira (1998) percebeu que poucos eleitores brasileiros se engajam em política, fora ato de votar.

Por outro prisma, Lavareda (1991), com base na perspectiva psicossociológica averiguou elevada compatibilidade entre identidade partidária e voto, a partir de pesquisa de opinião do Ibope. E destaca o papel dos partidos nesta questão. Este autor também defende que estratégias eleitorais podem constituir determinantes do voto.

Nesta ótica, Almeida (2008), em **A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral**, analisa a lógica dentro da cabeça do eleitor que condiciona sua decisão sobre em que candidato votar. Frisou que as pesquisas de opinião pública são a matéria prima para entender a cabeça do eleitor. Primeiro, verificou-se que o eleitor médio brasileiro é pouco informado sobre política e trabalha com grandes símbolos e emblemas partidários. Afirma:

A cabeça do eleitor funciona da mesma maneira para qualquer eleição –

municipal, estadual e federal e também em qualquer data: 1994, 2006, 1998, 2002, 2000. Se o governo federal estiver bem avaliado, o presidente se reeleger, Exemplos de FHC 1998, Lula 2006. Se o governo municipal for bem avaliado, o prefeito se reeleger. (ALMEIDA, 2008, p.3).

O mesmo autor elenca seis fatores que podemos utilizar para compreender como os eleitores tomam suas decisões, usando os termos do autor, “qual a lógica da cabeça do eleitor”: (Almeida, 2008, p.5)

1- Avaliação do governo; 2- A identidade dos candidatos; 3- O nível de lembrança (recall) dos candidatos; 4- O currículo dos candidatos e se eles o utilizam para mostrar o eleitor que podem resolver o principal problema que aflige o eleitorado; 5- O potencial de crescimento dos candidatos, que combina a rejeição de cada um deles com seu respectivo nível de conhecimento; 6- O fato de não ser possível contar com os apoios políticos, ou seja, popularidade e simpatia não se transferem.

Por fim, de acordo com autor supracitado, análise rigorosa destes seis fatores ora mencionados, permite captar na íntegra, os incentivos do voto, ou seja, com base em quais critérios os eleitores avaliam e sustentam suas decisões. Sob outra perspectiva, Pereira (2014, p.313) apud Borba e Cardoso, 2019 p.15), em estudos sobre sofisticação política, constatou que:

1) As opiniões dos cidadãos mais sofisticados tendem a ser mais ideologicamente articuladas do que as dos menos sofisticados; 2) cidadãos mais sofisticados têm opiniões políticas mais estáveis ao longo do tempo; 3) cidadãos politicamente mais sofisticados adquirem mais informações do que os menos sofisticados ao longo do processo eleitoral, e; 4) os cidadãos mais sofisticados tendem a expressar mais opiniões do que os menos sofisticados.

Nesse sentido, Castro (1994) afirma que a sofisticação política é a variável explicativa que melhor caracteriza o comportamento eleitoral do brasileiro, o argumento da autora é o seguinte: enquanto os eleitores sofisticados (minoria) votam orientados por opiniões sobre diversas questões e por uma preferência partidária baseada em uma visão informada sobre os partidos e os candidatos. A grande massa popular é desinformada e não tem opinião sobre as grandes questões do debate político, além de que “tende a atribuir a seus candidatos as qualidades que mais lhe agradam e as opiniões que eventualmente têm quanto a *issues* diversos e possui baixo grau de consistência ideológica” (CASTRO, 1994, p. 180).

Por outro lado, Castro verificou também a inexistência da relação entre opinião

e preferência partidária no Brasil, em contraposição, Reis (2000) sustenta que a experiência urbana, a escolarização e outros elementos ligados à inserção do indivíduo na estrutura social influenciam entre outros valores democráticos a preferência partidária e o voto. Radmann (2001) apurou, com base na produção científica brasileira sobre comportamento eleitoral, que a maioria do eleitorado brasileiro não acredita na política, mantém-se distante dos mecanismos de participação e vota na pessoa do candidato. O autor argumenta que as escolhas eleitorais da grande maioria dos eleitores são motivadas por uma cultura política cética e personalista oriundo dos condicionantes histórico-estruturais da política.

As evidências do autor são de que a maior parte do eleitorado define o destino de voto de forma sensível e emocional com base nos atributos simbólicos dos candidatos e das imagens difusas das competições eleitorais. A lógica do comportamento é, logo, emotiva, direcionada para candidatos mais conhecidos positivamente e desfrutam de uma avaliação positiva de confiança, afinidade e simpatia. Isto posto, a imagem do candidato é elemento-chave para decisão eleitoral, de acordo com este autor "O eleitor brasileiro vota em quem 'conhece', porque confia". (RADMANN, 2001, p.3).

Nesta mesma ótica, Carreirão (2002) ressalta a imagem do candidato e seus atributos pessoais associados ao bom desempenho de governo em exercício como elementos que podem determinar o voto do eleitor. Analisando os trabalhos de autores proeminentes na literatura brasileira, Oliveira (2012, p.196) constatou lacunas teóricas e empíricas nas obras de autores como Figueiredo e concluiu que: "as teorias de Figueiredo (1991) e principais escolas não foram capazes de responder à pergunta "de que maneira eleitores formam sua preferência eleitorais racionais".

Em linhas gerais, fizemos uma breve síntese sobre principais obras e suas constatações acerca do comportamento eleitoral dos eleitores brasileiros a partir de diferentes perspectivas teóricas dos autores e metodologias utilizadas para verificar, analisar e compreender as variáveis que desempenham papéis relevantes na tomada de decisão dos eleitores brasileiros.

4.4 Etnicidade e voto na África-subariana

Aqui mobilizamos trabalhos de autores e autoras, majoritariamente africanos que versam sobre como etnia influencia resultado das eleições na África subsariana em geral e com ênfase em países que apresentam semelhanças em termos socioculturais e da história política e democrática com a Guiné-Bissau e da mesma região da África Ocidental (caso da Nigéria e Gana).

Consideramos pertinente demonstrar em que perspectiva estamos utilizando o conceito da etnia, tendo em conta que, em certa medida, é um conceito também disputado, principalmente na antropologia social. Neste campo se vê as controvérsias sobre quais características sociais e culturais são basilares para categoria etnia ou se é um fenômeno estático ou dinâmico. Estas discussões podem ser aprofundadas a partir das obras de (FREDRICK BARTH, 1986 *apud* VILLAR, 2004; LAPIERRE (1998); POUTIGNAT E STREIFF-FERNAT (1998).

Concebemos a etnicidade numa perspectiva relacional em que múltiplos grupos étnicos se definem e se diferenciam num dado contexto sociocultural. Neste trabalho adotamos a definição do renomado antropólogo africano contemporâneo que conceituou a etnia da seguinte maneira, diferenciando-a da raça:

O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Razão pelo qual um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. (MUNANGA, 2003, p.12).

Julga-se que as semelhanças de língua e cultura proporcionam redes sociais e de solidariedade mais densas que permitem unir os membros dentro do grupo, de modo que, a etnicidade proporciona uma importante fonte de informação sobre o que os eleitores podem ou não esperar dos seus futuros governantes. Destarte, a correlação entre etnia e decisão de voto se dará, através de elementos como: necessidade de afirmação de identidade, expressão de solidariedade social, expectativas com relação ao clientelismo, favoritismo político e também pode se dar devido à avaliação negativa que se tem contra outro grupo, de acordo com

(HOFFMAN E LONG, 2013).

Os mesmos autores apontam ainda que teorias e estudos prevalecentes garantem que etnia é um forte preditor de escolha de voto em sociedades multiétnicas e democracias nascentes e que nestes contextos as eleições acabam demonstrando um tipo de votação em grupo por afinidade étnica. Em outras palavras, os eleitores escolhem candidatos do mesmo grupo étnico ou fazem aquilo que autores chamam de *Block-vote* em colisões multiétnicas.

Hoffman e Long (2013) em um estudo que avalia atuação dos partidos políticos, a etnicidade e, sobretudo, a influência deste último na votação em eleições na África subsaariana, salientam que as teorias sobre comportamento dos eleitores em países desta região da África apontam para um tipo de votação em bloco étnico e que os partidos servem eminentemente de cobertura para a etnicidade. A teoria dominante enfatiza que nesta parte do continente, a variável etnia é muito mais relevante que, por exemplo, identidade partidária, economia e ou bom desempenho do incumbente.

Contudo, Hoffman e Long (2013) a partir de um estudo de caso sobre como votaram os eleitores ganeses nas presidenciais de 2008, averiguaram que o pertencimento étnico foi menos relevante naquele contexto, em contraposição ao que apontava as literaturas recentes sobre voto na África e na Ásia. Apesar de reconhecerem a sua influência, porém, os autores supracitados verificaram que a percepção dos eleitores para com os partidos teve papel decisivo nesta eleição em particular. Uma constatação contrária à teoria predominante sobre voto étnico na África Subsariana.

Bakare, Adebisi e Isiaq (2018) também constataram os efeitos da etnicidade sobre o resultado das eleições presidenciais de 2015 na Nigéria e que os candidatos apelaram para sentimentos étnicos para alcançar votos. De acordo com resultado dessas eleições, examinaram que os principais competidores receberam massivamente votos nos estados nigerianos em que são oriundos e ou se encontram eleitores de seus grupos étnicos.

Abomo (2021) no seu estudo por meio de *survey* sobre como a etnicidade influencia a política e a forma como os eleitores votam em África, principalmente no

caso das presidenciais de 2017 em Kenya, constatou que a etnia é um preditor de voto imprescindível, não obstante, variáveis como educação, renda e idade impactam no sentido de mitigar cada vez mais o poder decisivo da etnicidade nas eleições. Ou seja, o autor averiguou que, quanto mais nível educacional, mais renda e mais jovem o eleitor queniano era, votou menos a partir de viés étnico.

Gibson e Long (2015) também constataram que o pertencimento étnico influencia o comportamento dos eleitores na África subsaariana e adicionam a isso a boa performance como sendo um elemento importante para todos os eleitores independente do grupo étnico. No entanto, ressaltam que os eleitores tendem a perdoar o mau desempenho do incumbente quando é de seu grupo étnico. Estes autores trazem também alguns apontamentos importantes, entre quais: descobriram que nenhum grupo étnico em nenhum país do continente compõe a maioria do eleitorado, bem como na última década nenhuma eleição presidencial na África subsaariana foi vencida com mais de 10 pontos percentuais de diferença, o que demonstra que a variável etnia sozinha não é determinante, variáveis como bom desempenho de incumbente tem que ser levada em consideração.

Por outro lado, os estudos sobre eleições na África subsaariana apresentam certas características comuns e recorrentes: violência eleitoral em sua diferente dimensão: perseguição aos adversários, compra de votos, manipulação das instituições eleitorais e até violência física e assassinatos. Fjelde e Höglund (2016), com base em dados transnacionais sobre violência eleitoral nas eleições da África Subsaariana entre 1990 e 2010, apuraram que a violência eleitoral é característica da imensa maioria das democracias na região subsaariana do continente africano.

Nwolise (2007) relatou casos recorrentes de violência eleitoral e impunidade na democracia nigeriana com destaque para a pior delas em 47 anos da democracia nigeriana que aconteceu nas eleições de 2007. Entre várias causas, o autor cita o desejo incansável dos políticos em ganhar eleições a qualquer custo, judiciário não independente e fraco, pobreza, desemprego, instrumentalização das etnias, compra de votos etc. Campbell (2010) também verificou a mesma realidade.

Hoffman e Long (2013) também advertem para recorrência de violência

eleitoral na maioria dos países da África subsaariana e salientam que são poucos casos em que o incumbente cede poder tranquilamente, a título de exemplo citaram países como: Kenya, Zimbabwe, Etiópia, Costa de Marfim etc.

Reforçamos que as características ora mencionadas por autores aqui sempre estão presentes nas eleições guineenses também, desde a influência da variável etnia na decisão de voto dos eleitores (como demonstraremos com mais detalhes no próximo capítulo), assim como o fenômeno de violência eleitoral em suas diversas formas: manipulações do processo eleitoral pelo incumbente através de recenseamento eleitoral dos cidadãos, privação de liberdade de expressão aos candidatos adversários pelos partidos incumbentes, assassinatos e prisões arbitrárias de políticos e candidatos durante período das eleições.

A título de exemplos mais recentes: nas eleições de 2009 foram assassinados o candidato à presidência de república Baciro Dabó ¹¹ e o então deputado do PAIGC, Hélder Proença. Nas presidenciais de 2012 um dos candidatos que iria disputar segundo turno da eleição (Kumba Yalá do PRS) anunciou publicamente em uma entrevista que não acontecerá segundo turno das eleições 2012 ¹². Outro comportamento comum a todos partidos e candidatos derrotados é rejeitar, a priori, o resultado das eleições. Nas presidenciais de 2014 o candidato derrotado, Nuno Gomes Nabian não aceitou o resultado e exigiu recontagem dos votos, em 2019 o candidato derrotado (Domingos Simões Pereira), chegou a judicializar o processo. Em suma, violência eleitoral e não reconhecimento da derrota são fenômenos que sempre marcaram as eleições na Guiné-Bissau.

¹¹ Para mais detalhes acesse: <https://www.tsf.pt/internacional/afrika/assassinado-candidato-presidencial-baciro-dabo-1254741.html>

¹² Para mais detalhes acesse: <https://www.rfi.fr/br/afrika/20120412-guine-bissau-kumba-yala-reitera-recusa-em-disputar-segunda-volta-das-presidenciais>

5 ETNICIDADE NA VOTAÇÃO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2019

Neste capítulo final procuramos explicar e demonstrar (com dados dos resultados das eleições), como a variável etnia influenciou o resultado das eleições presidenciais de 2019. Ressaltamos também a escassez de produções acadêmicas sobre etnicidade nas eleições bissau-guineenses, bem como comportamento eleitoral dos guineenses.

A Guiné-Bissau é um país multicultural, uma sociedade permeada por um mosaico cultural extremamente diversificado para uma população de pouco mais de dois milhões de habitantes, segundo dados do Banco Mundial (2021). O país conta com mais de duas dezenas de grupos étnicos, com suas próprias linguagens e formas de manifestação cultural. Os mesmos grupos estão espalhados em diferentes partes do território nacional, no entanto, é notório a predominância de certos grupos em uma região específica.

A partir dos dados de recenseamento geral da população, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de 2009, fez-se a repartição étnica por região da população guineense. Constatou-se que as regiões mais populosas, que constituem também maiores colégios eleitorais do país, têm predominância de alguns grupos étnicos majoritários. Por exemplo, a região SAB – setor autônomo de Bissau, a capital, conta com 20,5% dos cidadãos do grupo Balanta, Fulas 18% e grupo Pepel com 15,7%. Na zona Leste do país, a região de Gabu conta com 79,6% de Fulas e 14,2% dos Mandingas e na região de Bafatá com 60% dos Fulas e 22,9% dos Mandingas. Na zona Norte do país a região de Oio conta com 43,6% de cidadãos do grupo Balanta e 32,9% dos Mandingas e na região de Cacheu os Manjacos constituem 36,8% dos cidadãos e os Balantas 28,8%.

Em suma, constata-se uma presença muito significativa dos grupos étnicos majoritários Fulas e Balantas nas regiões mais populosas do país. Desta forma, eles formam os maiores colégios eleitorais e têm sido palcos muito importantes nas disputas eleitorais. Desta forma, a verificação da relação entre afinidade étnica ou regional e o comportamento do eleitor é um elemento indispensável para compreensão e explicação dos motivos que influenciam a escolha dos eleitores.

Neste âmbito, um dos raros trabalhos sobre o tema anunciado foi feito por Sangreman *et all* (2008) a partir de um estudo social sobre motivação eleitoral dos eleitores guineenses analisando eleições presidenciais de 2005, estes autores também ressaltam a escassez de pesquisas de opinião sobre o comportamento eleitoral no país. Partimos do pressuposto de que, conforme o histórico das eleições passadas desde a abertura democrática em 1994 e com as constatações da primeira e única, até este momento, pesquisa de opinião feita em Guiné-Bissau pela DEMOS¹³ financiada pela União Europeia que demonstra que mais da metade dos guineenses confiam mais em alguém do mesmo grupo étnico que do outro, por consequência, votam por afinidade étnica.

A confiança social advém de aproximação pessoal, vale ressaltar que na Guiné-Bissau, socialmente existe uma concepção de parente que nada tem de biológico, porém essa expressão é concebida e utilizada no contexto social bissau-guineense para classificar alguém que é do mesmo grupo étnico e fala a língua deste mesmo grupo étnico. Em outras palavras, pessoas do mesmo grupo étnico, são consideradas e se consideram parentes. Por conseguinte, alguém que é parente é, em muitos casos, considerado como se fosse família, e será, portanto, digno de confiança, salvo muitas exceções longe de qualquer tentativa de homogeneizar a heterogeneidade sociocultural que existe na Guiné-Bissau.

Nessa lógica, partimos da teoria causal segundo a qual, compartilhar identidade étnica com eleitores (pertencer ao mesmo grupo étnico que eles) faz com que os eleitores desta comunidade confiem mais no candidato, considerando-o como “um deles” e é bem provável que votem nele. Levando em conta esta constatação, os discursos dos políticos nas campanhas eleitorais (discursos de cunho étnico), as estratégias que os partidos e seus candidatos utilizam, e os resultados eleitorais de várias eleições já realizadas no país, tornam evidente que os cidadãos eleitores tendem a votar cada vez mais em um candidato que é de seu grupo étnico, e melhor

¹³ Centro para a Democracia, Criatividade e Inclusão Social, é um núcleo de pesquisa e promoção da democracia estabelecido no Paraguai, com uma filial na Guiné-Bissau.

ainda, aquele que é do mesmo grupo étnico e vive ou é oriundo da mesma região, exemplo de Kumba Yalá.

Vale salientar que conforme Fernandes, (2016) a questão étnica sempre foi invisibilizada e considerada um entrave para identidade e unidade nacional, porém sempre utilizada pelos candidatos nos momentos eleitorais, desde as primeiras eleições de 1994. O autor enfatiza ainda que este silêncio com relação ao problema étnico na realidade social e política guineense, desde período colonial, teria influenciado a tanta escassez com relação aos estudos sobre o mesmo nas dimensões política e social do conflito.

No entanto, é sempre bom ter cautela para que essas afirmações não pareçam peremptórias como adverte Cardoso (1995), com base nos resultados das primeiras eleições (de 1994), afirma que é complexo num país como a Guiné-Bissau, no qual a miscigenação étnica atingiu um nível significativo, pensar que os eleitores sempre votam com base na afinidade étnica. Contudo, ressalta alguns indícios que apontam para o voto étnico:

O facto de o candidato Koumba Yalá ter sido votado massivamente na região norte logo na primeira volta, nomeadamente em Bissorá (71,06 %) onde 77 % da população é Balanta, Bigene/Bula (51,39 %) onde 58 % da população é Balanta e Mansoa/Nhacra (44,35 %) onde cerca de 74 % da população declara ser Balanta, e no sul, nomeadamente Fulacunda/Tite (44,74 %) onde 61 % é Balanta e Catió (40,93 %) onde 65 % é da etnia Balanta, enquanto que Nino mobiliza maior percentagem de votos no norte, nomeadamente em Quinhamel (79,07 %), sector onde predomina a etnia papel (87 %), o facto de François Mendy ter feito o seu melhor score em Caio/Canchungo (28,19 %) onde predominam os Manjacos (93 %), pode dar uma certa razão para falar de voto étnico. Mas nem por isso podemos absolutizar este ponto de vista porque em Tite e Fulacunda, um dos círculos onde Koumba Yala foi massivamente votado, também existem outras etnias como os Beafadas (30 %), os Fulas (16 %) e Papeis (5 %), Nalus e Sossos. Boubacar Djaló é fula, mas não conseguiu cativar mais do que 3,97 % dos votos em Gabú, enquanto que Nino, um Papel, realizou um score de 55,9 % e Domingos Fernandes, um mancanha, consegue um dos seus maiores votos nesta região onde predominam os Fulas. (CARDOSO, 1995, p.281).

A partir destas constatações de Cardoso (1995), nestas eleições em particular, verificou-se uma certa presença de motivação étnica no voto dos eleitores para certos candidatos, principalmente os mais bem votados. Faustino Imbali (2005) afirma que Kumba Yalá fez apelo incisivo ao sentimento de solidariedade dos Balanta nas

campanhas eleitorais, ou seja, pediu aos eleitores Balantas que votassem nele por ser do mesmo grupo étnico. Fernandez (2015) alerta ainda que o voto étnico é visível na Guiné-Bissau visto que os candidatos atraem para si mais votos nas regiões habitadas majoritariamente por eleitores de suas etnias.

No que tange aos resultados das eleições presidenciais de 1994, fora influência de variáveis de cunho étnico, Sangreman *et al* (2008) apontam também para um tipo de voto personalista, considerando histórico ou reputação de cada presidenciável naquela altura. Esta variável teve impacto positivo para candidato vencedor, conhecido popularmente por sua bravura, uma figura inconfundível quando se trata dos nomes proeminentes na luta contra colonos portugueses, conforme os autores:

Os candidatos que atingiram a segunda volta das eleições presidenciais participaram na luta, mas apenas Nino tem a aura de combatente mítico, tendo sido comandante de frente. Quem recolhe testemunhos de militares portugueses que combateram na Guiné ouvirá dizer que « quando eles se aproximavam do arame farpado já sabíamos que quem comandava era Nino ». Koudawo afirma mesmo que o candidato na campanha utilizou o seu nome de guerra dado pelos Balantas – Kabi Na Fantchamna – e a exposição da sua vida pessoal para recordar aos eleitores que ele é que era o « continuador da obra de Amílcar Cabral: a afirmação da dignidade do guineense, a fundação da sua nacionalidade, a unidade nacional num país multicultural, multiétnico, e até multirracial. (KOUDAWO 1994, p.2 *apud* SANGREMAN *et al* 2008, p.10).

Nas eleições legislativas de 1999, Sangreman *et al* (2008) constataram uma clara correlação entre as regiões de maior presença de população pertencente ao grupo étnico Balanta e o voto no candidato que pertence a este grupo étnico, que também é fundador do mesmo partido (PRS) vencedor das eleições, o candidato Kumba Yalá que nas presidências de 1999 derrotou seu adversário Malam Bacai Sanhá, em todas as regiões de maioria Balanta.

Bijagó (2011) reforça que nestas eleições, os Balantas encontraram no PRS e Kumba Yalá a forma de chegar ao poder por meio de votação massiva do seu representante étnico. Suma (2022, p.51) analisando o desempenho eleitoral do PRS nas duas eleições legislativas de 2004 e 2008, constatou que este partido teve apoio localizado, o que, de acordo com as teorias de nacionalização partidária, significa que: “[...] a dimensão estática ou localizada de apoio eleitoral evidencia diferenças no que

diz respeito à importância da etnia neste caso em particular [...]”.

Nesta mesma perspectiva, Sangreman *et all* (2008) demonstram também que Nino Vieira, pertencente ao grupo étnico Pepel, candidato vencedor das eleições presidenciais de 1994 e 2005, obteve a maioria absoluta nas regiões e colégios eleitorais de maioria Pepel, tais como: Biombo e *Tchon di Pepel*¹⁴. Isto posto, os autores consideram legítimo concluir que houve voto de motivações étnicas.

De mesmo modo, com base em sondagens realizadas nas campanhas de 2005, estes autores apontam para ações e propaganda de diferentes candidaturas recorrendo ao voto étnico. Não obstante, reconhece-se que esta questão pode constituir perigo para unidade nacional numa sociedade permeada por diversidade. De acordo com estes autores:

Mas seja qual for a posição assumida pelos dirigentes, na luta e na construção da Nação e do Estado guineense, todos consideram as clivagens de origem étnica como inimigas desse processo. Tal componente estrutural influencia necessariamente o comportamento eleitoral dos guineenses e os candidatos à presidência afirmaram a necessidade dessa união em vários momentos da campanha eleitoral. No entanto, nas entrevistas realizadas, o raciocínio da motivação étnica do voto está sempre presente nas previsões e nas análises dos resultados. Dos partidos com mais votos nas eleições legislativas, o termo de « partido Balanta » aplicado ao Partido da Renovação Social (PRS) é uma designação generalizada, e apenas o PAIGC surge como a formação que se dirige a todas as etnias, a par de alguns dos partidos constituídos por quadros urbanos como a União para a Mudança (UM) e o Partido Unido Social Democrata (PUSD). (SANGREMAN *et all*, 2008, p.7).

Em síntese, estes autores concluem que além da influência grande da questão étnica nas eleições, houve também uma volatilidade baixa nas presidências analisadas, porém uma elevação de 1994 para 1999 e deste ano para 2005 nas legislativas, constatou-se também uma procura de voto por parte dos eleitores com redução da fidelidade aos candidatos.

Afirmam ainda que, em termos regionais, espera-se menor variação de comportamento eleitoral nas regiões de Oio, Tombali e Quínara, regiões com

¹⁴ Expressão em crioulo que traduzida para português seria: Chão dos Pepel. Em alusão ao grupo étnico Pepel que predomina naquele bairro com um número significativo de eleitores da capital Bissau.

predominância de eleitores do grupo Balanta. Ao contrário disso, nas regiões de Bafatá e Gabú, com esmagadora maioria de eleitores de grupo Fula, há um comportamento de variação média, assim como no setor autônomo, a capital Bissau, que tem mais diversidade de grupos étnico e sem predominância de algum grupo específico.

Por fim, Magrini e Cá (2021) analisam três eleições presidenciais (2009, 2014 e 2019) e constataram que o período eleitoral na Guiné-Bissau é sempre marcado por tensões políticas que em vários casos já resultaram em ameaças, assassinatos, torturas, intimidações e perseguições de figuras políticas, candidatos, membros de partido, etc. Estes acontecimentos acabam impactando o decorrer das eleições. Consideram também que houve uma acelerada evolução da influência do quesito etnia no voto. De modo que, estes autores concluem o seguinte: “segundo dados dos resultados das três referidas presidenciais, dá para perceber que, a maioria dos candidatos venceram na região onde tiveram a maior representatividade das suas etnias” (MARGRINI e CÁ, 2020, p.3).

5.1 A opinião pública bissau-guineense

Considerada a primeira e única pesquisa de opinião, até este momento, feita pela ONG Vozes de Vaz (2018), em que 1184 guineenses participaram em 148 distritos do país. Objetivo era conhecer o que pensa o povo da Guiné-Bissau sobre a democracia e vida pública do país. Esta pesquisa utilizou instrumento científico a partir do qual explorou dimensões da realidade social e gerou informações importantes para a formulação de estratégias de desenvolvimento e facilitar a reflexão e o autoconhecimento do país, isto é, dar voz e ouvir as vozes do povo.

Constatou-se que, quase 80% da população se informa pela rádio, e apenas 21% pela internet. Cerca de 82% da população guineense afirma que o país está caminhando na direção errada, 74% acreditam que a situação econômica vai mal ou muito mal e 69% não acreditam que melhorará dentro de pouco tempo.

Quanto à democracia: metade dos entrevistados não sabem responder o que é democracia, outros com uma compreensão limitada. E estes têm uma visão positiva

sobre ela, cerca de 48% acreditam que democracia tem a ver com liberdade e 26% acha que tem a ver com vontade popular, 6% acredita que tem a ver com paz e 5% acha que tem a ver com escolha de dirigentes. Contudo, 53% dos entrevistados preferem democracia que qualquer outra forma de governo contra 33%.

Nesta senda, 71% dos entrevistados aprovam a liberdade e direito de criação de associações livres sem aval do governo e 75% aprovam a liberdade de organizar marchas de protesto e manifestações, sem restrição, 73% é a favor de realização de eleições regulares abertas e honestas e 61% aceita a necessidade de existência de pluralidade dos partidos políticos, 66% defende estado de direito, no qual os dirigentes se submetem às leis. Quase 80% da população desaprova governo de partido único, concentração de poderes nas mãos de presidente ou governo militar.

Quanto às condições democráticas, grau da democracia no país: mais de 70% da população acredita na liberdade de pensamento, expressão e escolha, 43% acreditam que existe democracia, mas com sérios problemas, 11% afirmam que não existe democracia na Guiné-Bissau. Cerca de 77% estão insatisfeitos com o funcionamento da democracia no país. Pode-se dizer que esta insatisfação e desconfiança em torno do modelo democrático guineense, se deve ao fato das constantes instabilidades políticas, provocadas pelos golpes militares, privação da liberdade dos indivíduos e as condições precárias em que vive a maioria da população por causa de um Estado que não consegue exercer suas funções básicas como garantir a educação, saúde e segurança dos governados. Isto faz com que a população não acredite nas instituições competentes e, consequentemente, no modelo democrático capaz de melhorar suas vidas.

No que tange ao que se acha de governança: o crescente índice de precariedade fez com que se classificasse a governança como péssima. Cerca de 81% da população aponta a existência de distribuição desigual da riqueza, 88% da população acredita que os governantes trabalham para si mesmos e não para o povo, como deveria ser.

No que se refere à desconfiança institucional: 71% da população desconfia dos funcionários públicos e, principalmente, dos das finanças, em contraposição

desconfiam menos dos militares. Mais de 70% da população não sente presença do Estado, sobretudo, nos serviços voltados para justiça, educação, saúde e outras questões básicas, 64% se sente abandonado pelo Estado.

Mais de 55% da população acredita que dirigentes políticos e funcionários públicos estão envolvidos em esquemas de corrupção. Grande maioria da população declara pagar suborno para obtenção de serviços de Estado, sobretudo documentos oficiais.

Cerca de 78% da população acha que o governo não está gerindo bem a luta contra corrupção, 51% acham que muitas vezes ou sempre presidente ignora constituição, abusa de poder, 50% acham que presidente ignora legislativo, não respeita seus limites e 48% da população acredita que raras vezes um político que comete crime é punido, ou seja, existe impunidade para políticos.

Neste contexto, cerca de 88% da população acredita que os líderes de partidos políticos se preocupam mais em servir a seus interesses pessoais. Cerca de 72% confiam mais nos líderes comunitários que os dirigentes políticos. A maioria dos guineenses acredita que diferenças grandes entre ricos e pobres podem ser motivo de conflito e querem mais tolerância na convivência social e inter-religiosa e étnica entre as pessoas.

Quanto à igualdade política: 72% da população acredita que pessoas comuns podem ser líderes ou governantes em contra a ideia de que só os ricos devem governar. Cerca de 78% acham que deve haver igualdade entre homens e mulheres em toda esfera da vida na sociedade. Maioria considerável concorda com punições severas com base na lei para dirigentes políticos e não só. Cerca de 64% da população é contra patrimonialismo e 65% da população confia muito mais em pessoas do mesmo grupo étnico. Esse dado reforça uma das nossas hipóteses iniciais.

Aproximadamente 61% da população acredita que existe tratamento diferenciado aos grupos étnicos pelo governo e 41% dos guineenses se identificam mais como guineenses que qualquer outra identidade étnica. Cerca de 87% da população considera religião importante na vida, 89% da população é tolerante para

com pessoas de outra religião e ou grupo étnico. Constatase que a principal causa de conflito violento no país é a disputa política e 62% da população se sente próximo de algum partido político, 42% se identificam com PAIGC.

Quanto aos atores da sociedade civil e política, mais de 66% acreditam mais nos líderes religiosos e ONGs, seguidos por meios de comunicação e movimentos da sociedade civil. As entidades como: conselho de anciãos, associação comunitária e ONGs ajudam mais as populações que o Estado ou partidos políticos. Os guineenses participam mais dos grupos religiosos que de partidos ou movimentos políticos.

Em relação à dependência do país: Banco mundial e União Europeia são entidades que mais “ajudam” a Guiné-Bissau, quanto aos países: China e Portugal são os que mais “ajudam”. União Europeia e CEDEAO são organismos internacionais com mais influência na Guiné-Bissau.

Em resumo, trazemos estas breves informações acerca das opiniões dos cidadãos bissau-guineenses sobre o aspecto político do país em geral, para que o leitor tenha noção de qual contexto se trata. Os dados demonstram que a população guineense não acredita numa mudança socioeconômica e desenvolvimento do país a partir da figura do Estado enquanto provedor dessas condições, bem como do modelo democrático de governo.

5.2 A conjuntura política das eleições presidenciais de 2019

A semelhança de muitos países que adotam o sistema democrático de governo, a Guiné-Bissau é signatário da maioria dos princípios fundamentais internacionais, tais como: Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP, 2010), da Convenção Internacional sobre a Eliminação da Discriminação Racial (CIEDR, 2010) e a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEFDM, 1985), etc. A nível regional o país é signatário de documentos e resoluções que são: Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (CADHP, 1981), Protocolo sobre os Direitos das Mulheres em África (CADHP-PM 2005), e a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e

Governança (2007), de acordo com relatório da (EU EOM,¹⁵ 2014).

Para além destes, a Guiné-Bissau assinou tratados regionais como da Comunidade Económica dos Países da África Ocidental (CEDEAO) vinculado ao seu Protocolo sobre Democracia e Boa Governança suplementar e ao protocolo que trata dos Mecanismos de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, Manutenção da Paz e Segurança (ambos ratificados em fevereiro de 2012). De lembrar que, os compromissos regionais relativos ao enquadramento económico e de segurança com a CEDEAO compreendem seguintes recomendações:

Every accession to power must be made through free, fair and transparent elections; a zero tolerance for power obtained or maintained by unconstitutional means; popular participation in decision-making, strict adherence to democratic principles and decentralization of power at all levels of governance. Furthermore it underlines the apolitical nature of the Armed Forces and the necessity of its command to remain under a legally constituted political authority. (EU EOM, 2014, p.16)

Verificou-se também algumas alterações na Lei Eleitoral de 2013 a nível interno, foram aprovadas Lei para a Eleição do Presidente e da ANP e foram parcialmente alteradas três leis eleitorais principais: a Lei do Recenseamento Eleitoral, a Lei que regula a Comissão Nacional de Eleições (CNE). Algumas alterações legais aumentaram o nível de inclusão e transparência nas eleições, como por exemplo, o alargamento à diáspora do direito de voto para as eleições presidenciais e a presença obrigatória dos delegados do Ministério Público durante o apuramento dos resultados eleitorais. Outras alterações tinham o intuito de combater as críticas relativas à parcialidade política da CNE, resultando numa composição nova e apolítica do Secretariado Executivo da CNE.

Consta que, desde abertura democrática, isto é, a implementação do multipartidarismo em 1994 até data presente, já foram realizadas seis eleições presidenciais (1994, 1999, 2005, 2009, 2014 e 2019) e foram eleitos cinco presidentes da república, João Bernardo Vieira (1994 e 2005), Kumba Yalá (1999), Malam Bacai

¹⁵ European Union Election Observation Mission.

Sanhá (2009), José Mário Vaz (2014) e Umaro Sissoco Embaló (2019).

Fernandes (2015) nos lembra que sem contar os cinco presidentes eleitos democraticamente, muitos políticos já foram convidados para ocupar o cargo do presidente interino/de transição aquando dos recorrentes golpes de Estado. Por exemplo: “Malam Bacai Sanhá (1998 a 1999), Henrique Pereira Rosa (2003 a 2005), Raimundo Pereira (2009) e (2012) e Manuel Serifo Nhamadjo (2012 a 2014)” (MARGRINI e CÁ, 2020, p. 4).

Um detalhe importante é que exceto golpe de 1980 (o primeiro) ainda na era do partido único, de acordo com Cordeiro (2009), os militares nunca assumiram a presidência da república depois de terem cometido golpe de Estado, sempre entregaram o poder aos políticos e em várias ocasiões exigem apenas algumas promoções para os cargos nos ministérios ou algum benefício para suas corporações. Ou seja, nenhum militar chegou a autoproclamar-se presidente da república na sequência de um golpe de Estado.

Desta maneira, após anos de transição que começou em 2012 quando os militares interromperam a realização do segundo turno das eleições presidenciais que indicava clara vitória do então candidato Carlos Gomes Júnior, as forças de manutenção de segurança da CEDEAO tiveram que ser acionadas a permanecer no país desde então até a realização das novas eleições presidenciais que aconteceram em 2014, assim como as legislativas (parlamentares).

Eleições estas que foram muito elogiadas pela comunidade internacional e principais agentes financiadores da sua realização, por exemplo, o relatório da missão de observação eleitoral da União Europeia – MOEUE, na sua quinta observação do processo eleitoral na Guiné-Bissau, considerou as eleições livres, transparentes e ordeiras, e enfatizou a alta taxa de participação dos eleitores e o fato da maioria dos partidos ficar satisfeita com o processo eleitoral em geral. Salientam que os militares mantiveram uma postura discreta e, admiravelmente, tentaram acalmar a população com uma declaração, após o anúncio dos resultados provisórios pela CNE, afirmando que as forças armadas vão obedecer ao poder político e respeitar o resultado das urnas.

Monteiro (2020) ressalta o papel desempenhado pelos anciões, régulos, líderes religiosos e chefes tradicionais no que diz respeito a mobilização das suas comunidades para comparecerem às urnas e votarem massivamente. Os mesmos costumam influenciar a escolha dos eleitores. Não é por acaso que vemos os líderes partidários e candidatos irem ao encontro destas lideranças para pedirem votos ou fazer algum ato aparentemente de caridade em certas localidades, sobretudo nos grandes colégios eleitorais em Bissau, Bafatá, Gabu, Cacheu antes e durante o período eleitoral.

No que tange a volatilidade eleitoral para contexto em questão, de acordo com Sangreman *et al* (2006), ela é sempre baixa quando se trata das eleições legislativas devido ao fator partido, em contraposição a volatilidade aumenta nas eleições presidenciais tendo em conta a diminuição do quesito fidelidade ao partido, o que também tem a ver também com existência de candidaturas independentes e o fato do voto ser na pessoa do candidato e não na sigla do partido.

De lembrar que a história política da Guiné-Bissau foi sempre marcada, durante muito tempo, por três personalidades principais: João Bernardo Nino Vieira, Malam Bacai Sanhá e o líder do PRS, Kumba Yalá, deposto por um golpe militar em 2003. Foram pessoas que protagonizaram momentos marcantes na história da democracia guineense. No entanto, nas eleições de 2014 essas figuras tradicionais ausentaram-se, exceto o último que acabou falecendo dias antes do segundo turno das eleições.

Para mais compreensão apresentamos abaixo, a tabela 1 com resultado da votação nas eleições legislativas (parlamentares) de 2014.

PARTIDOS	Nº DE VOTOS RECEBIDOS
PAIGC	281 408
PRS	180 432
PND	28 581
PCD	19 757
PRID	17919

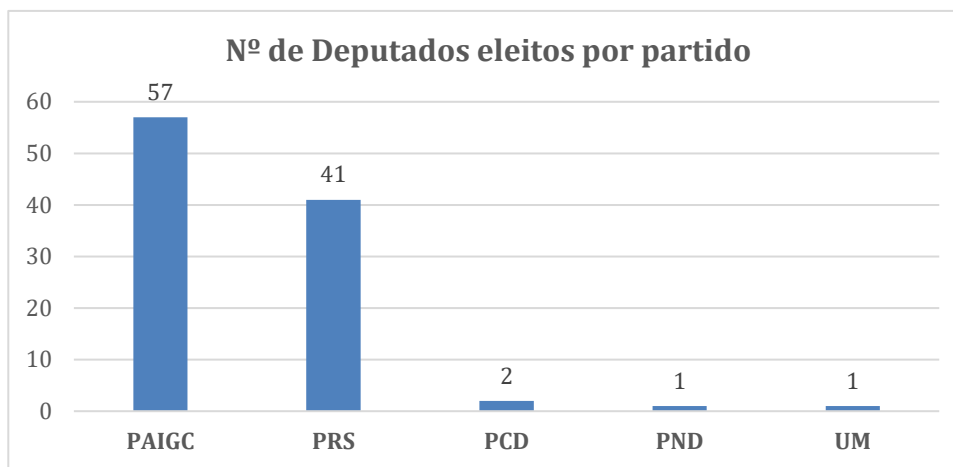
UPG	10919
UM	10803
RGB	9502
PRN	7903
MP	4111
PUSD	4048
PT	3659
PSGB	3480
PSD	2302
FDS	1710

Fonte: elaboração própria com base nos dados da CNE (2014)

Tabela 2: quadro de mandato (número de deputados que cada partido conseguiu eleger).

PARTIDOS	Nº de Deputados
PAIGC	57
PRS	41
PCD	2
PND	1
UM	1

Fonte: elaboração própria com base nos dados da CNE (2014)



Elaboração própria com base nos dados da CNE (2014)

Como está representado acima, dos quinze partidos concorrentes nesta eleição, apenas cinco deles conseguiram representação no parlamento. PAIGC foi o grande vencedor do escrutínio tanto legislativas quanto presidenciais de 2014. Salienta-se que o partido gozava de uma boa reputação do seu líder de partido, Domingos Simões Pereira e do então ministro das finanças José Mário Vaz devido ao seu bom desempenho enquanto ministro das finanças no então governo de Carlos Gomes Júnior.

Por outro lado, seu principal adversário (Koumba Yalá) do PRS se encontrava desgastado e acabou apoiando, no segundo turno das eleições, um candidato estreante de outro partido: Nuno Gomes Nabiam do partido democrático da Guiné-Bissau – APUD-PDG. Com a vitória do PAIGC nas legislativas, tendo a maioria no parlamento, Domingos Simões Pereira tornou-se primeiro-ministro (chefe do governo) e José Mário Vaz o presidente da República eleito por maioria absoluta no segundo turno, como podemos ver na Tabela 3: os resultados definitivos do segundo turno das eleições presidenciais de 2014.

Candidatos	Sab	Tomb.	Quin.	Oio	Biomb.	Bol.	Baf.	Gabu	Cach.	Diasp.	Total	%
José Mário Vaz	119 564	14 994	14 165	41 062	27 671	9 134	45 053	34 002	48 893	9 856	364 394	61,9
Nuno Gomes	47 667	19 777	10 960	48 555	11 254	2 125	26 994	29 179	25 351	2 227	224 089	38,1

Nabiam												
Votos validos	167 231	34 771	25 125	89 617	38 925	11 259	72 047	63 181	74 244	12 083	588 483	97,0
Em branco	865	497	284	1 397	667	167	1 257	1 202	1 466	82	7 884	1,30
Nulos	1 548	623	404	1 749	661	213	1 781	1 569	1 357	264	10 169	1,68
Protestos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Votantes	169 644	35 891	25 813	92 763	40 253	11 639	75 085	65 952	77 067	12 429	606 536	
Inscritos	206 097	45 641	31 624	113 915	50 410	17 052	97 254	93 212	97 991	22 312	775 508	
Tax. part(%)	82,31	78,64	81,62	81,43	79,85	68,26	77,21	70,75	78,65	55,71	78,21	
Abstenção	36 453	9 750	5 811	21 152	10 157	5 413	22 169	27 260	20 924	9 883	168 972	
Taxa abstenção (%)	17,69	21,36	18,38	18,57	20,15	31,74	22,79	29,25	21,35	44,29	21,79	

Fonte: Comissão Nacional das Eleições – CNE (2014)

Tudo indicava que o governo assim como a presidência teria sucesso, tendo em conta que, ambos vencedores são do mesmo partido e o partido tinha maioria no parlamento. No entanto, só foi preciso um ano para que começasse a instabilidade, a falta de coabitação entre o presidente da república e o líder do governo. Os jornais noticiam que o presidente estaria se intrometendo muito na administração do executivo, ao ponto de querer controlar o ministério das finanças e indicar quem deveria liderar aquele ministério.

O líder do governo chegou a afirmar que o presidente da república tinha pretensão de derrubar seu governo, fato que a presidência da república desmentiu, o parlamento na sequência aprovou moção de confiança a favor do governo. Realizou-se vigília que reuniu centenas de pessoas em frente ao palácio da presidência contra a intenção do presidente de derrubar o governo.¹⁶

Sob argumentos como: grave crise política, corrupção, nepotismo, falta de coabitação com o então primeiro ministro e seu governo, José Mário Vaz derrubou o

¹⁶ Para mais detalhes acesse: <https://www.dn.pt/globo/guinebissau-presidencia-considera-calunioso-e-ofensivo-discurso-do-primeiro-ministro-contra-vaz-4721087.html>

governo sob um decreto presidencial nº 5/2015¹⁷ de 12 agosto de 2015. Vale lembrar que, após derrubar o governo, o partido com a maioria no parlamento (PAIGC) poderia enviar nome de outro membro para ser nomeado pelo presidente desde que não seja Simões Pereira, no entanto, a direção do partido insistiu enviando várias vezes o nome do presidente do seu partido que continuou sendo recusado pelo então presidente.

Este cenário agravou a crise política e institucional que começava repercutindo na péssima situação econômica do país, greve dos funcionários públicos que ficavam sem salário, escolas públicas sem funcionar e maior produto de exportação desvalorizado (castanha de caju).

Neste imbróglio, entre várias negociações e busca de solução envolvendo membros do PAIGC, o parlamento, a presidência, representantes da sociedade civil e lideranças tradicionais, bem como intervenção dos presidentes dos países vizinhos e organismos internacionais e sub-regionais tais como: CEDEAO, Gabinete das Nações Unidas para Manutenção da Paz em Guiné-Bissau etc. Finalmente em novembro de 2016, com o famigerado Acordo de Conakry¹⁸, chegou-se a um entendimento para formação de um governo de inclusão, que seria liderado por um novo primeiro-ministro, um *outsider* que se chama Umaro Sissoco Embaló. Sendo assim, a 9ª legislatura foi salva, e, aparentemente, a crise política acabou até a realização das eleições gerais: presidenciais e legislativas em 2019.

Com a realização das eleições presidenciais de 2019, José Mário Vaz se consagrou como primeiro presidente da república a terminar seus 5 anos de mandato sem qualquer interrupção, algo inédito na história da democracia bissau-guineense. Com muitas contestações populares e criando grande ruptura no seio do seu partido presidente (José Mário Vaz) do PAIGC, terminou seu mandato em um momento que o maior partido do país enfrentava a maior crise interna que faria com que, nas vésperas das eleições de 2019, alguns membros influentes do partido abandonassem

¹⁷ Vide o decreto na íntegra em: https://www.odemocratagb.com/wp-content/uploads/2015/08/decreto-presidencial-n-5_2015.pdf

¹⁸ O nome faz referência à capital do país vizinho onde teve lugar várias negociações entre as partes envolvidas no conflito contando com a mediação do então presidente daquele país vizinho (Alfa Condé) e alguns membros da CEDEAO.

a sigla e criassem um novo partido. Este grupo de dissidentes ficou conhecido como grupo dos quinze, que posteriormente oficializaram a criação e denominação do seu novo partido: MADEM-G15 (movimento para alternância democrática).

Às vésperas da campanha eleitoral, verificou-se, sobretudo, na capital Bissau grandes movimentações no seio dos partidos, principalmente no PAIGC que estaria correndo grandes riscos de perder eleição, tendo em conta os quinze membros dissidentes que foram criar novo partido e vão suportar o antigo primeiro ministro do governo de inclusão para presidência da república. Por outro lado, o presidente da república, José Mário Vaz, ficou isolado e decidiu concorrer à reeleição como candidato independente.

De lembrar que dentro do PAIGC houve grandes disputas e fragmentação entre grupos que queriam que o então presidente do parlamento (câmara dos deputados), Cipriano Cassamá, fosse candidato à presidência da república e outros não. O próprio líder do governo derrubado (Domingos Simões Pereira) insistia em concorrer à presidência da república, renunciando ao cargo de presidente do partido. Resumidamente, havia agitação generalizada e disputas políticas individualistas dentro do PAIGC, diz-se que esta foi a mais grave crise interna que o partido já enfrentou desde a abertura democrática em 1994.

As eleições que sempre contaram com apoio de órgãos internacionais que costumam financiar a realização das mesmas, desta vez contou com mais observadores internacionais, e a presença de forças de manutenção de segurança da CEDEAO que se instalaram no país desde 2012 para garantir a realização tranquila das eleições e a transição pacífica que colocaria o fim ao governo de transição.

5.3 Campanhas eleitorais e resultado das eleições presidenciais de 2019

As campanhas eleitorais contaram com disputas acirradas, entre MADEM -G15 e o PAIGC por um lado, e por outro entre PRS, José Mário Vaz e candidato Nuno Gomes Nabiam de APU-PDG nas regiões onde situam maiores colégios eleitorais: capital Bissau, Bafatá, Gabu, Oio e Cacheu.

Os candidatos utilizaram todos os meios possíveis para convencer os cidadãos eleitores, sobretudo apelo para solidariedade étnica que foi a tônica dos discursos, principalmente no segundo turno, até o Domingos Simões Pereira (considerado mais ponderado) proferiu discurso do tipo, afirmando em Cacheu que também tem parente Balanta, ou seja, lembrou aos eleitores que ele faz parte do tal grupo étnico (segundo grupo majoritário do país).

Já na capital, o candidato nem precisou utilizar este tipo de discurso, a capital Bissau é grandemente caracterizada por eleitores mais escolarizados que se identificam historicamente com PAIGC, e nesta eleição em particular, a figura do candidato Domingos Simões Pereira (DSP) foi fundamental, por vários motivos. Um deles é o gesto de solidariedade dos eleitores para com ele, por ter sido exonerado (injustamente) do cargo de primeiro ministro recentemente.

Por outro lado, DSP como é conhecido socialmente, é uma pessoa muito respeitada e admirada, visto como representante da nova política, como alguém que possui e valoriza a formação acadêmica, ele também gozava da boa reputação por ser intelectualmente preparado para fazer política, ao contrário de seus principais adversários. Ele é também considerado como o candidato que fala mais para os eleitores escolarizados de classe média e média alta, moradores da capital Bissau e o mais querido da comunidade internacional, sobretudo a representação diplomática de Portugal e União Europeia. Muito dessa sua boa reputação tem a ver com o fato de ele ter sido Secretário Executivo da comunidade dos países de língua portuguesa – CPLP entre 2008 a 2012.

Nesta senda, os maiores colégios eleitorais, localizados nas regiões de Bafatá e Gabú, foram importantes palcos de disputa acirrada, haja vista que PAIGC costuma ganhar eleição nestas regiões eminentemente habitadas por eleitores do maior grupo étnico do país, os Fulas. Em parte, por causa de um político muito influente e oriundo desta região¹⁹ que sempre fez com que PAIGC derrotasse os seus opositores nesta

¹⁹ Conhecido como Engenheiro Botché Candé, mesmo tendo estudado só até a 4ª série, ex-grande lutador de sua região, que ficou famoso e ingressou na política até data presente, sempre ocupou cargo nos governos ou é deputado, em todos governos desde 2005.

região. Porém, nestas eleições o cenário foi completamente diferente, o tal político influente, está no grupo dos 15 dissidentes e vai ser um grande problema para o PAIGC e seu candidato à presidência.

Com resultados de primeira volta, o candidato do PAIGC, Domingos Simões Pereira e Umaro Sissoco Embaló do MADEM-G15 foram os dois mais votados e seguirão para segundo turno. Os outros candidatos menos votados, que não conseguiram ir para segundo turno, de imediato anunciaram apoio ao MADEM-G15 e seu candidato, são eles: o ex-presidente e candidato independente José Mário Vaz, se posicionou contra seu antigo partido, APUPDG e seu candidato Nuno Gomes Nabiam e PRS todos apoiaram candidato do MADEM-G15, ou seja, o objetivo era claro: derrotar o candidato do PAIGC. Apenas alguns partidos pequenos anunciaram apoio ao candidato do PAIGC.

Através da tabela que se segue, buscamos analisar detalhadamente os dados dos resultados do primeiro turno das eleições para presidência da república 2019 e em seguida tecemos comentários sobre estes resultados, Segue a Tabela 4: demonstrando o desempenho de cada candidato à presidência da república.

CANDIDATOS	TOTAL DEVOTOS	%
MUTARO INTAI DJABI	2 385	0,43
DOMINGOS SIMOES PEREIRA	222 870	40,13
VICENTE FERNANDES	4 250	0,77
ANTONIO AFONSO TE	1 061	0,19
NUNO GOMES NABIAM	73 063	13,16
BACIRO DJA	7 126	1,28
CARLOS GOMES JUNIOR	14 766	2,66
GABRIEL FERNANDO INDI	1 982	0,36
IDRIÇA DJALO	2 569	0,46
JOSE MARIO VAZ	68 933	12,41
UMARO SISSOCO EMBALO	153 530	27,65
MAMADU IAIA DJALO	2 813	0,51
VOTANTES	566 473	74,37

VOTOS EM BRANCO	5 821	1,03
VOTOS NULOS	5 304	0,94
VOTOS PROTESTOS/RECLAMAÇÃO	0	0,00
VOTOS VALIDOS	555 348	100,00
INSCRITOS	761 676	100,00
VOTANTES	566 473	74,37
ABSTENÇÃO	195 203	25,63

Fonte: Comissão Nacional das Eleições – CNE (2019)

Conforme os resultados apresentados nesta tabela, podemos destacar entre vários elementos a taxa de participação dos eleitores que votaram massivamente, atingindo 74,37% de votantes. E outro destaque vai para o candidato do PAIGC, Domingos Simões Pereira que conseguiu acumular maior parte dos votos (222.870) cerca de 40%, que, no entanto, não foi suficiente para se consagrar presidente logo na primeira volta²⁰. Outro destaque foi para o segundo candidato mais votado, o estreante que recebeu apoio do grupo dos 15 dissidentes do PAIGC que logrou 153,530 votos 27,65%, e seguiu para segundo turno com candidato do PAIGC.

Por outro lado, Nuno Gomes Nabiam teve um bom desempenho, terceiro candidato mais votado. Em termos de destaque negativo temos o então presidente da república (José Mário Vaz) que ficou como o quarto mais votado, um desempenho não muito ruim considerando que foi candidato independente e não teve apoio do seu antigo partido. Os estreantes Mutaro Intai Djabi e Gabriel Fernando Indi, assim como os veteranos António Afonso Té, Vicente Fernandes, Idríça Djaló e Mamadú Iaia Djaló tiveram péssimos desempenhos, ou seja, não passaram de menos de 1% de aproveitamento.

Em seguida apresentamos tabela com projeção de resultado eleitoral a nível das regiões que constituem todos colégios eleitorais nacionais e da diáspora, a partir do qual podemos ver os dados de resultado da primeira volta, de maneira desagregada. Em outras palavras, verificamos o aproveitamento que cada candidato

²⁰ Conforme a lei eleitoral nº 10/2013, no seu artigo 111º, o segundo turno acontece no prazo de 21 dias após a publicação do resultado do primeiro turno

teve em regiões específicas, bem como tecer comentários sobre características socioculturais destes lugares em particular, isto é, o grupo étnico predominante em cada uma destas regiões, especialmente os principais colégios eleitorais: Bissau, Bafatá, Gabú, Oio e Cacheu que são regiões cruciais para sacramentar vitória.

Segue a Tabela 5 que nos apresenta aproveitamento dos candidatos por região, a nível nacional e da diáspora.

Candidatos	Tombali	Quinará	Oio	Biombo	Bolama	Bafatá	Gabú	Cacheu	Diáspora	SAB
Mutaro Intai Djabi	201 0,7%	111 0,43%	392 0,49%	205 0,55%	74 0,60%	411 0,55%	405 0,57%	282 0,45%	32 0,38%	282 0,18%
Domingos Pereira	8288 29,03%	8822 37,80%	28376 35,6%	19691 52,88%	8469 68,72%	19469 26,16%	2012 28,6%	17231 27,74%	4762 56,55%	8750 55,27%
Vicente Fernandes	243 0,85%	142 0,61%	553 0,69%	422 1,13%	106 0,86%	623 0,84%	958 1,35	699 1,13%	67 0,80	437 0,28%
António Afonso Té	100 0,35%	94 0,40%	168 0,21%	69 0,19%	31 0,25%	147 0,20%	181 0,26%	120 0,19%	10 0,12%	141 0,09%
Nuno Gomes Nabiam	5399 18,91%	2872 12,31%	22434 28,1%	4723 12,68%	535 4,34%	5407 7,27%	36515 15%	12652 20,37%	422 5,01%	1498 9,4%
Baciro Djá	1518 5,32%	806 3,45%	1550 1,95%	135 0,36%	28 0,23%	1046 1,41%	803 1,13%	486 0,78%	32 0,38%	722 0,46%
Carlos Gomes Junior	432 1,51	372 1,59	1571 1,97%	1500 4,03%	351 2,85%	1190 1,60%	933 1,31%	2308 3,72%	168 2,00%	5941 3,75%
Gabriel Fernando Indi	171 0,60	84 0,36	265 0,33%	274 0,74%	45 0,37%	268 0,36%	2200,3 1%	314 0,51%	9 0,11%	332 0,21%
Idriça Djaló	225, 0,79%	90 0,39	289 0,36%	167 0,45%	50 0,41%	494 0,66%	261 0,37%	629 1,01%	36 0,43%	328 0,21%
José Mário Vaz	5587 19,57%	3049 13,7%	6652 8,36%	4755 12,77%	1150 9,33%	7304 9,82%	50137, 06%	19947 32,12%	1591 18,89%	1385 8,76%
Umaro S. Embalo	6250 21,89%	6807 29,17%	17046 21,42%	5187 13,93%	1438 11,67%	37671 50,62%	36945 52,07%	7267 11,70%	1272 15,11%	3364 7 21,24%

Mamadulaia Djaló	136 0,48%	97 0,42%	279 0,35%	106 0,28%	47 0,38	383 0,51%	13961, 97%	172 0,28%	20 0,24%	177 0,11
-------------------------	---------------------	--------------------	---------------------	---------------------	-------------------	---------------------	----------------------	---------------------	--------------------	--------------------

Fonte: elaboração própria com base nos dados da CNE (2019)

De acordo com esta tabela, em que destacamos em colorido os candidatos mais votados, é nítida a percentagem de votos dos quatro candidatos mais votados em consonância com a região onde predomina eleitores do mesmo grupo étnico que o candidato. No entanto, o candidato mais votado, DSP, teve um apoio eleitoral muito descentralizado e, por isso, podemos falar de um voto não étnico para este candidato. Em Bissau particularmente, onde o PAIGC e qualquer candidato que apoiarem tem ganhado facilmente, em outras palavras, Bissau tem sido seu reduto eleitoral além das características que já mencionamos.

De lembrar que PAIGC sempre teve apoio de eleitores do mais variado grupo étnico, muito em função de sua composição histórica marcada por indivíduos de diferentes grupos étnicos da Guiné-Bissau, como já assinalava Paulo Suma (2022). Ao contrário do candidato do PAIGC, o segundo candidato mais votado (Umaro Sissoco Embaló) apostou muito, durante campanha eleitoral, no discurso que salienta seu pertencimento étnico ao grupo Fula e a religião muçulmana, grupo étnico majoritário e islamizado do país, localizados em vasta maioria nos dois dos três maiores colégios eleitorais: regiões de Bafatá e Gabú, que só perdem para capital Bissau em termos de número de eleitores (votantes).

O discurso que apela para solidariedade étnica e religiosa dos Fulas, a influência dos dissidentes do PAIGC (dois deles pertencentes aos grupos étnicos majoritários: (Fulas e Mandingas) predominantes nestas regiões, figuras muito influentes (Botché Candé e Braima Camará) fizeram com que o estreante Embaló, também de grupo Fula, derrotasse (ter acumulado mais de 50% dos votos) o seu principal adversário do PAIGC nestas duas regiões em particular e fosse ao segundo turno das eleições.

Por outro lado, o terceiro candidato mais votado, Nuno Gomes Nabiam, pertencente ao grupo Balanta, teve apoio significativo nas regiões em que

predominam eleitores do grupo étnico Balanta, principalmente Oio. Este candidato teve também bom aproveitamento em Cacheu e Tombali (que não são colégios eleitorais tão importantes, mas possui predomínio de eleitores Balanta).

José Mário Vaz teve mais apoio que qualquer outro candidato na Região de Cacheu onde fica a cidade da qual ele é oriundo e é uma região em que predomina eleitores do seu grupo étnico (Manjaco) e os Balantas também, razão pelo qual os dois candidatos: Nuno Nabiam e ele tiveram mais votos nesta região que qualquer outro candidato.

De forma resumida, constatamos e concluímos que, a variável etnia, isto é, o pertencimento étnico teve um papel muito importante no resultado destas eleições, exceto para candidato do PAIGC que não se definia claramente como pertencente a uma única etnia e também porque PAIGC nunca teve como base de apoio eleitoral um grupo étnico específico, haja vista a história e o contexto de fundação do partido que outrora foi o único partido por décadas e símbolo da nação bissau-guineense.

5.4 Resultado definitivo do segundo turno das eleições presidenciais de 2019

A segunda volta das eleições foi caracterizada por discursos de cunho étnico por parte dos dois candidatos, grandes promessas aos eleitores, bem como várias acusações e trocas de farpas num debate muito polêmico marcado por insultos e acusações entre os dois candidatos na televisão pública do país (TGB).

O segundo turno das eleições começou com PAIGC numa situação complicada, visto que, se houver plena transferência de votos dos outros dois candidatos mais votados para seu oponente, isto é, se a mesma percentagem de eleitores que votaram em Nuno Gomes Nabiam e JOMAV votar agora no Umaro Sissoco Embaló, tendo em conta que estes últimos anunciaram seus apoios ao Embaló, o candidato do PAIGC seria facilmente derrotado.

Neste contexto, JOMAV e Nuno Gomes Nabiam participaram ativamente ao lado de Sissoco durante a campanha eleitoral na segunda volta. Nabiam chegou a pedir para os eleitores Balantas da região de Oio (que votaram massivamente nele na

primeira volta), que aquela era a hora de os eleitores Balantas demonstrarem gratidão aos irmãos do grupo Fula votando no Umaro Sissoco Embaló, porque como se sabe, Kumba Yalá ganhou eleição em 2000 e se tornou presidente, muito por causa da votação massiva dos eleitores das regiões de Bafatá e Gabú (Fulas e Mandingas).

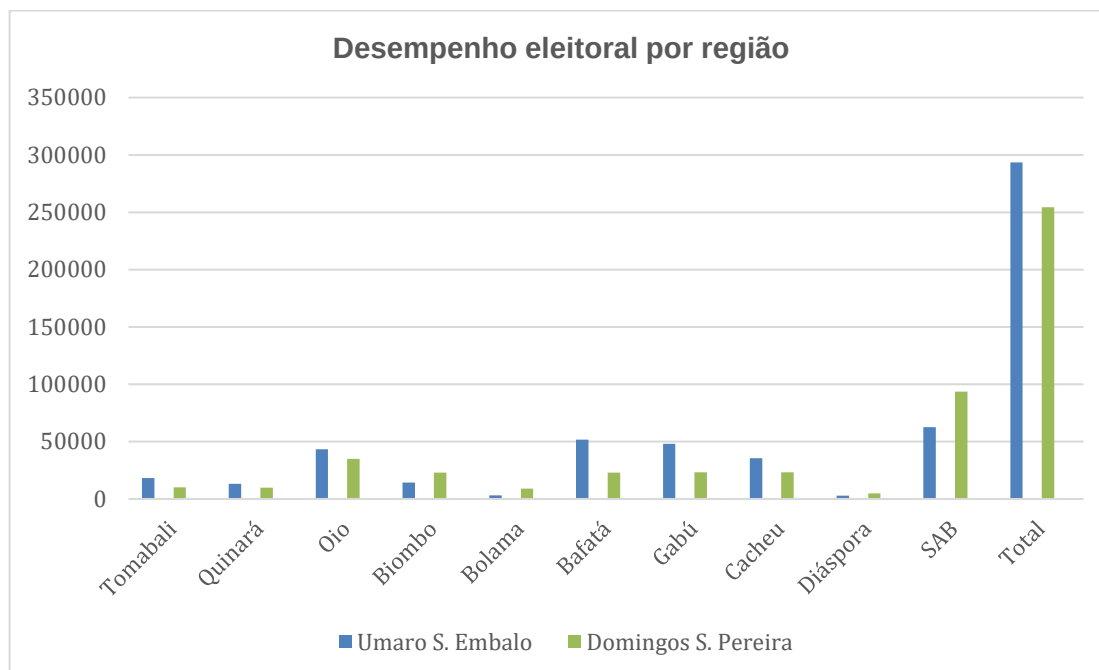
Ou seja, os Fulas e Mandingas contribuíram muito para eleger um presidente Balanta, agora seria a vez dos Balantas fazerem o mesmo para eleger um presidente Fula, no final foi o que aconteceu: o candidato do grupo Fula (Umaro Sissoco Embaló) derrotou seu adversário em todas as regiões e colégios eleitorais de maioria Balanta e ou Fula. Tendo o Embaló recebido maioria dos votos oriundos dos dois grupos majoritários e localizados em maiores colégios eleitorais do país, ele se tornou o grande vencedor das eleições (presidente da república).

Apresentamos na Tabela 6 o resultado definitivo do segundo turno das eleições presidenciais de 2019.

Candidatos	Toma-bali	Quinará	Oio	Biombo	Bolama	Bafatá	Gabú	Cacheu	Diás-pora	SAB	Total
Umaro S. Embalo	18371	13111	43299	14313	3135	51857	48094	35570	2957	62652	293359
% de votos	64,60%	57,35%	55,37%	38,50%	25,97%	69,20%	67,49%	60,34%	37,95%	40,13%	53,55
Domingos S. Pereira	10069	9749	34905	22868	8935	23086	23163	23380	4835	93478	254468
% de votos	35,40%	42,65%	44,63%	61,50%	74,03%	30,80%	32,51%	39,66	62,05%	59,87%	46,45

Fonte: elaboração própria com base nos dados da CNE (2019)

Gráfico 2: ilustra o desempenho de cada candidato por região, a nível nacional e na diáspora.



Fonte: elaboração própria com base nos dados da CNE (2019)

A representação por meio da tabela e gráfico sistematizam e demonstram de maneira inequívoca, o quanto a questão étnica e regional foram fundamentais para vitória do Embaló e, por conseguinte, derrota do seu adversário.

Vale salientar que a reviravolta aconteceu apenas duas vezes na história das eleições presidenciais na Guiné-Bissau. A primeira aconteceu em 2005, quando Malam Bacai Sanhá tinha vencido primeira volta, mas veio a perder no segundo turno para João Bernardo Vieira (Nino) e, a segunda vez foi nas presidenciais de 2019 (caso em tela), em que o candidato do PAIGC, Domingos Simões Pereira venceu a primeira volta e perdeu no segundo turno para o Umaro Sissoco Embaló.

Com exceção destas duas eleições presidenciais, o candidato vencedor do primeiro turno, sempre venceu o segundo turno e todas as eleições presidenciais desde abertura democrática em 1994, contaram com dois turnos (duas voltas), este fato também demonstra o quanto as eleições presidenciais são muito competitivas na Guiné-Bissau.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o processo de transição para democracia e sua implementação na Guiné-Bissau foi muito desafiador e complicado, Cardoso (1995) chamou este desfecho de um “parto difícil”. Visto que foi permeado por instabilidades políticas e governativas, conflito armado e sucessivos golpes de estado. Afirmamos também que tal processo foi precipitado e forçado por um movimento externo que obrigou o país a implementar o modelo democrático de governo e o sistema econômico liberal, sem levar em consideração, a priori, as particularidades socioculturais e históricas da sociedade guineense.

Por outro lado, verificamos que, numa sociedade multiétnica como a Guiné-Bissau e a grande maioria dos países da África subsaariana, a etnia desempenha papel importantíssimo no cenário político, especialmente nas eleições. No contexto guineense em particular, a escassa literatura que analisamos e o histórico dos resultados eleitorais em várias eleições demonstram e corroboram a nossa hipótese de que os eleitores guineenses votam por afinidade étnica e em grupos por fatores regionais.

Ademais, as eleições presidenciais de 2019 reforçam e comprovam que a variável etnia continua sendo um grande preditor de voto, assim como influencia grandemente a decisão dos eleitores. Todavia, ponderamos que tão só a variável etnia não decidiu a vitória do Umaro Sissoco Embaló no segundo turno, a que se considerar também o apoio do grupo dos quinze dissidentes do PAIGC à candidatura do Embaló, assim como o próprio apoio dos demais candidatos derrotados (terceiro e quarto mais votados no primeiro turno: Nuno Nabiam José Mário Vaz). Advertimos, inequivocamente, que não pretendemos simplificar o evento eleitoral e a capacidade de decisão dos eleitores guineenses à questão étnica.

Consequentemente, reconhecemos que mais estudos precisam ser feitos com dados primários, sobretudo *surveys* e pesquisas de opinião durante e depois dos períodos eleitorais, como se faz em muitos países como Brasil, porque cada eleição tem sua peculiaridade e comportamento dos eleitores não é estático, isto é, tende a variar de acordo com cada conjuntura sociopolítica e eleitoral. Admitimos que o nosso trabalho possa apresentar certas limitações devido vários fatores, entre quais:

escassa literatura sobre a temática de comportamento eleitoral em Guiné-Bissau, inexistência de dados primários e recentes sobre pesquisas de opinião etc., tudo isso se deve ao estágio de muita precariedade em que se encontra a ciência e pesquisa na Guiné-Bissau.

Reforçamos a importância de as entidades competentes incentivarem e financiarem as pesquisas, buscando a construção de uma base de dados e material didático consistente que vão promover o desenvolvimento do campo da pesquisa e ciência em geral na Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

- ABOMO, Paul Tang. **Ethnicity as an independent variable in african politics: lessons learned from the 2017 Kenya Presidential Elections**. African Sociological Review. Vol.25.1. 2021. disponível em: <https://www.jstor.org/stable/48630980>> Acessado em 06.01.2023.
- ACEMOGLU, Daron. ROBINSON A. James. **The narrow corridor: States, societies and the fate of liberty**. Penguin Press, New York, 2019.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do eleitor: estratégia de campanha, pesquisa e vitória eleitoral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. 305 p. Número de chamada: 324.70981 A44c 3. ed.
- ALMOND, G., and VERBA, S. 1963. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton: Princeton University Press.
- ANTUNES, Rui Jorge S. **Identificação partidária e comportamento eleitoral: fatores estruturais, atitudes e mudanças no sentido de voto**. 2008. 508. f. Tese (Doutorado em Psicologia social) -Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombros: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BAKARE, A. Rafiu. OLUWASHINA M. Adebisi and ATANDA A. Isiaq. **Ethnicity and election outcomes in Nigeria interrogating the 2015 Presidential Election**. Disponível em: <<https://www.eisa.org/pdf/JAE17.1Isiaq.pdf> > Acessado em: 12.02.2023.
- BENZINHO, Joana. ROSA, Marta. **A descoberta da Guiné-Bissau**. ONG- Afetos com Letras, 2015.
- BIJAGÓ, Vagner Gomes. **O processo de democratização na África: a difícil transição na Guiné-Bissau**. Rev. Cadernos de Campo | Araraquara | n. 23 | p. 217-243 | jul./dez. 2017 | E-ISSN 2359-2419
- _____. **Os golpes de estado na Guiné-Bissau: o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2011.
- BLAIS, A. **To vote or not to vote: The merits and limits of rational choice theory**. Pittsburg: University of Pittsburg, 2000.
- BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Ed.). **Dicionário de política**. 2. Ed. Brasília: Editora UnB, 1986.
- BORBA, Julian. CARDOSO, Gabriel Ribeiro. **Os estudos de comportamento político na ciência política brasileira: caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência**. BIB, São Paulo, n. 89, 2019 (publicada em agosto de 2019), pp. 1- 33.
- CAMPBELL, A., CONVERSE, P., MILLER, W and STOKES, D. 1960. **The American**

Voter. New York: Wiley.

CAMPBELL, D. 2006. **Why We Vote: How Schools and Communities Shape our Civic Life.** Princeton: Princeton University Press.

CAMPBELL, John. **Electoral Violence in Nigeria.** Disponível em: <http://www.jstor.com/stable/resrep05661> > Acesso: 12.02.2023.

CARDOSO, Vera Alice. **A invenção e as reinvenções da democracia.** In: MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. M. (org.). Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

CARDOSO, Carlos. ELÍSIO Macamo e NELSON Pestana. **Da possibilidade do político na África lusófona. Alguns subsídios teóricos.** Cadernos de Estudos Africanos [online], 3 | 2002, posto online no dia 17 dezembro 2014, consultado 30 setembro 2016. URL: <http://cea.revues.org/1082>; DOI: 10.4000/ cea.1082.

Constituição da República da Guiné-Bissau. Disponível em: <https://reformat.co.mz/documentos-diversos/constituicao-de-guine-bissau.pdf> > Acessado em 06.01.2022

CARDOSO, Carlos. **A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil.** In: Lusotopie, nº2, 1995. Transitions libérales en Afrique lusophone. pp. 259-282. Bissau, 1995.

COMISSÃO NACIONAL DAS ELEIÇÕES (CNE). **Resultado das eleições.** Portal CNE, 2014, 2019. Disponível em: <<http://www.cne.gw/eleicoes/presidencial/resultado-pr>>. Acesso em: 03 fev. 2022

CONVERSE, P. 1964. **The nature of mass belief systems in mass publics.** Pp. 207–27 in Ideology and Discontent, ed. D. E. Apter. London: Free Press.

Cox, G. and M. McCubbins (2005). **Setting the Agenda: Responsible Party Government in the U.S. House of Representatives.** Cambridge, Cambridge University Press.

CORDEIRO, Roberto Sousa. **Guiné-Bissau: Entre as Sombras do Militarismo e da Impunidade.** Universidade Federal de Pernambuco. Brasil, 2009. Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/GUINEBISSAUENTREASSOMBRASDOMILITARISMOEDAIMPUNIDADE.pdf>> Acesso em 4 de janeiro de 2023.

DAHL, Robert A. **Sobre a Democracia.** tradução de Beatriz Sidou Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DAHL, Robert A. **Poliarquia.** São Paulo, Edusp, 1997.

DALTON, R. 2004. **Democratic Challenges, Democratic Choices.** Oxford: Oxford University Press.

DALTON and WATTENBERG, M. eds. 2000. **Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies.** Oxford: Oxford University Press.

DALTON, R. 2002. **Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in**

Advanced Industrial Democracies, 3rd edn. New York: Seventh Bridges Press.

DALTON, R. 1980. **Reassessing parental socialization: indicator unreliability versus generational transfer**. *American Political Science Review*, 74: 421–31. ——— 1982. The pathways of parental socialization. *American Politics Quarterly*, 10: 139–57.

DWORKIN, Ronald. **A virtude soberana. A teoria e a prática da igualdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

DUNN, John. **A história da democracia**. Tradução Bruno Gambarotto. - São Paulo: Ed. Unifesp, 2016.

EUROPEAN UNION ELECTION OBSERVATION MISSION (EU EOM). **Guinea-Bissau final report Presidential and Legislative Elections 13 April 2014 (2014)**. Disponível em: <[eueom-guineabissau-final-report_en.pdf \(eods.eu\)](http://eueom-guineabissau-final-report_en.pdf(eods.eu))> Acessado em, 07.06.2022

FERNANDES, Jorge Mário. **Guiné-Bissau e os limites da consolidação democrática e do Estado de direito**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2015.

FIGUEIREDO, Marcus. **A Decisão do Voto - Democracia e Racionalidade**. Belo Horizonte, Ed. UFMG. 2008.

FJELDE, Hanne & KRISTINE Höglund. **Electoral Institutions and Electoral Violence in Sub-Saharan Africa**. *British Journal of Political Science* 46(2): 297–320, 2016. Disponível em; <<https://www.prio.org/publications/10710>> Acesso: 05.01.2023

FRANKLIN, M. 2004. **Voter Turnout and the Dynamics of Electoral Competition in Established Democracies since 1945**. New York: Cambridge University Press.

GIBSON, Clark C. JAMES D. Long. **Evaluating the Roles of Ethnicity and Performance in African Elections: Evidence from an Exit Poll in Kenya**. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/pdf/24637819.pdf>> Acessado em, 07.06.2022

GREEN, D. P., & Shapiro, I. (1994). **Pathologies of rational choice theory**. New Haven: Yale University Press.

GUINÉ-BISSAU. Instituto Nacional de Estatística. **Caraterística Sociocultural. Recenseamento Geral da população e Habitação**. INE, 2009.

HOFFMAN, Barak D. James D. Long. **Parties, Ethnicity, and Voting in African Elections**. Comparative Politics, Ph.D. Programs in Political Science, City University of New York Stable URL: <https://www.jstor.org/stable/41714179>> Acessado em, 10.01.2023

HUNTINGTON, Samuel P. (1991). **The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century**. Norman, University of Oklahoma Press.

INGLEHART, R. 1997. **Modernization and Postmodernization**. Ann Arbor:

University of Michigan.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral da população e habitação (Guinea-Bissau)**. Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional. 2009. Disponível em: <
https://dataspace.princeton.edu/bitstream/88435/dsp01w6634600z/1/DSPACEGuineaBissau_census2008.pdf> Acesso: 05.12.2022

KLINGEMANN, H. 1979. **Measuring ideological conceptualization**. Pp. 215–54 in *Political Action*, ed. S. Barnes, M. Kaase, et al. Beverly Hills, Calif.: Sage Publications.

LAPIERRE, Jean William. “Prefácio”. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da Etnicidade**. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. Tradução Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LAVAREDA, Antônio. **Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAZARSFELD, P. F., BERELSON, B., & GAUDET, H. (1944). **The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign**. New York: Columbia University Press.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL Nº12/2013. Disponível em:
<http://cne.gw/images/docs/legislacao.pdf> > Acessado em 06.01.2022

LIPSET, S. M., & ROKKAN, S. (1967). **Cleavagen structures, party systems, and voter alignments: An introduction**. In S. Lipset, & S. Rokkan, *Party systems and voter alignments: cross national perspectives* (pp. 1-64). New York: Free Press.

LOPES, Carlos. **Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau**. Bissau: Edições E. S. 1988. (Editorial Economia e Socialismo, CRL).

_____. **Etnia, estado e relações de poder na Guiné Bissau** - Lisboa: Edições 70, 1982. Biblioteca de estudos africanos.

MACHADO, José Angelo. **Poder, política e Estado**. In: MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. M. (org.). *Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MAINWARING, S. e SCULLY, T. R. **Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America**. Stanford: Stanford University Press, Eds. 1995, pp. 1-36.

MAINWARING, S. 1999. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil**. Stanford University Press.

M'BUNDE, Timóteo Saba. **Comportamento partidário e cíclica interrupção da democracia na Guiné-Bissau**; *Almanaque de Ciência Política*, Vitória, vol. 1, n. 2, p. 43-56, 2017.

MARGRINI, P. Rosas, ISMAEL F. Cá. **Eleições presidenciais na Guiné-Bissau no período de 2009 a 2019: análise dos acontecimentos e papel das forças**

armadas. Disponível em:

<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2658/1/ISMAEL%20FERNANDO%20C%20c3%81%20Artigo.pdf>>. Acessado em, 07.06.2020

MENDONÇA, R. F. CUNHA, E. S. **Teorias democráticas: Múltiplos olhares sobre um fenômeno em mutação.** In: MENDONÇA, R. F.; CUNHA, E. S. M. (org.). Introdução à teoria democrática: conceitos, histórias, instituições e questões transversais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

MONTEIRO, Emmanuel Pinto. **A participação eleitoral como forma de consolidação da democracia na Guiné-Bissau.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, 2020.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções da raça, racismo identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário nacional de Relações raciais e Educação-PENESB, Rio de Janeiro, 2003.

NIEUWBEERTA, P. 1995. **The Democratic Class Struggle in Twenty Countries, 1945– 1990.** Amsterdam: Thesis Publishers.

NORRIS, P. ed. 1999. **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government.** Oxford: Oxford University Press.

NWOLISE, Osisioma B. C. **Electoral Violence and the Nigeria's 2007 Elections'.** Journal of African Elections, 2007. Vol. 6, no. 2, pp. 155-179. Disponível em: <https://www.eisa.org/pdf/JAE6.2Nwolise.pdf>> Acesso: 12.01.2023

OLIVEIRA, Adriano. **O Estado da arte dos determinantes do voto no Brasil e as lacunas existentes.** Soc. E Cult., Goiânia; v.15, n.1, p.193-206, jan./jun.2012.

_____. **Eleições Não São Para Principiantes - Interpretando Eventos Eleitorais no Brasil.** Curitiba: Editora Juruá, 2014.

_____, CARLOS Gadelha, SIMARA Costa. **Os sentimentos explicam as escolhas dos eleitores?** [REVISTA DEBATES, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193-212, jan.- Abr. 2016]

PAULO SUMA, N. **Nacionalização partidária na Guiné-Bissau: apontamentos teóricos sobre PAIGC e PRS nas eleições legislativas de 2004 e 2008.** Revista Debates, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 35–52, 2022. DOI: 10.22456/1982-5269.127752. Disponível em:< <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/127752>> Acesso em: 20 jan de 2023.

PIMENTEL JUNIOR, Jairo Tadeu Pires. **Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006.** Opin. Publica, Nov 2010, vol.16, no.2,

PETRUCCIANI, Stefano. **Modelos de filosofia política.** [tradução José Raimundo Vidigal]. São Paulo: Paulus, 2014. (Coleção Filosofia). Título original: Modelli di filosofia política.

POUTIGNAT, Philippe; ETREIFF-FERNAT, Jocelyne. **“Teorias da etnicidade”:** Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras” de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

PRZEWORSKI, A. 1991. **Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America**. New York: Cambridge University Press.

_____. **Democracy and Economic Development**. in Edward D. Mansfield and Richard Sisson (eds.) *The Evolution of Political Knowledge*. Columbus: Ohio State University Press, 2004.

_____. **Why bother with elections?** Cambridge: Polity Press, 2018.

_____. **Crises da democracia**. (1ª Ed.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

QUEIROZ, Thaís de Oliveira. **Trajetórias Democráticas e Estratégias de Liberalização: a Evolução da Democracia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa no Pós-Guerra Fria**. XXX p. (UnB/IREL, Política Internacional e Comparada, 2017). Tese de Doutorado – Universidade de Brasília. Instituto de Relações Internacionais.

RADMANN, Elis Rejane Heinemann. **O eleitor brasileiro: uma análise do comportamento eleitoral**. Dissertação de mestrado. PPGCP-UFRGS. Porto Alegre, 2001.

ROSANVALLON, Pierre. **Good Government. Democracy beyond elections**. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 2018.

SANGREMAN, C. [ET al.]. **A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2006, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil**. Lisboa: ISEG. CESA, 2006. - 72 p. - Documentos de trabalho: CESA. (70).

_____. **Guiné-Bissau (1994-2005). um estudo social das motivações eleitorais num estado frágil**. Disponível em: <

<https://journals.openedition.org/lusotopie/738?lang=en>> Acessado em 10.011.2022

SCHNEIDER, Carsten; SCHMITTER, Philippe. **Liberalization, Transition and Consolidation: Measuring the Components of Democratization**. *Democratization*, vol. 11, n. 05, 2004.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. Parte IV.

SHARE, Donald & MAINWARING, Scott. **Transições através da Negociação: a Democratização no Brasil e na Espanha**. Dados, vol. 29, n. 02., 1986.

SVOLIK, W. Milan. **Democracy as an equilibrium: rational choice and formal political theory in democratization research**. 2019. *Democratization*: <
<http://www.tandfonline.com/action/journalInformation?journalCode=fdem20>>
Acessado em, 07.06.2020

SUMA, Nando Paulo. **Estabilidade democrática e governativa na África subsaariana: powersharing como alternativa, os casos de Guiné-Bissau e Nigéria**. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), São Francisco do Conde, 2022.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau: 1994-2006**. (Dissertação de mestrado em Sociologia, UFPE) Recife, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9297/1/arquivo4096_1.pdf> Acesso 13 de maio de 2020.

THOMASSEN, J. 2005. **The European Voter: A Comparative Study of Modern Democracies**. Oxford: Oxford University Press.

Uhlener, C. J. (1989). **Rational turnout: The neglected role of groups**. American Journal of Political Science, 33, 390-442.

TSEBELIS, George. **Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada**. São Paulo, EDUSP, 1998 (Capítulos 1 e 2).

TOURE, Sekou. 1959. **Toward Full Reafricanisation**. Paris: Présence Africaine, 28.

VERBA, S., NIE, N., and KIM, J. 1978. **Participation and Political Equality**. Cambridge: Cambridge University Press.

VILLAR, Diego. **Uma abordagem crítica do conceito de "etnicidade" na obra de Fredrik Barth**. Maná, Rio de Janeiro. V.10, n.1, p.165-192, 2004.

WAMALA, Edward. **Governo por consenso: uma análise de uma forma tradicional de democracia**. 2004. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/edward_wamala_-_governo_por_consenso._uma_an%C3%A1lise_de_uma_forma_tradicional_de_democracia.pdf. Acesso em 10.01.2022.